

Juro sobe para criminosos 14,75%

Copom do Banco Central proíbe o Brasil de crescer

Divulgação



Principal credor da Avibrás se reúne com trabalhadores com objetivo de reativar empresa

O principal credor da Avibrás, o fundo Brasil Crédito, se reuniu com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na sexta-feira (2) para tentar chegar a um acordo para reativação da empresa bélica. A proposta apresentada contempla pagamento parcelado de salários atrasados e teria participação da União em assuntos estratégicos da empresa bélica. **Página 2**

'Careca do INSS' fez doação para Bolsonaro fazer campanha em 22

Como apontaram a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal, o esquema criminoso agia desde 2019, quando Jair Bolsonaro chegou à Presidência. Antonio Carlos Camilo Antunes pagava propina para funcionários federais e recebia uma parte do montante desviado das aposentadorias e pensões. Em setembro de 2022, durante a disputa eleitoral, o lobista participou do movimento chamado pelo ex-presidente para que seus apoiadores fizessem uma doação de através de PIX. **Pág. 3**

Patacoada de Trump derruba PIB americano

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos teve queda de 0,3% em taxa anualizada no primeiro trimestre, após aumentar 2,4% nos últimos três meses de 2024, de acordo com dados preliminares do Departamento do Comércio dos EUA divulgados na quarta-feira (30). É a primeira queda do PIB desde o primeiro trimestre de 2022. Efeito bumerangue do tarifaço está na raiz do resultado negativo. **Pág. 7**



Diz que subirá os juros até ter certeza de que a economia encolheu

No decreto do BC, o Brasil está proibido de crescer, coisa reservada só aos bancos. Na quarta-feira (7), aumentou o juro (a remuneração dos banqueiros) para o maior patamar desde 2006. Em entrevista, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que manterá a política monetária contracionista pelo tempo necessário para conter a demanda e a produção – e, como consequência, a geração de emprego –, com o objetivo de cumprir a meta de inflação e frear a economia. “Vamos colocar a taxa de juros no patamar que for restritivo o suficiente e no patamar necessário para cumprir a meta”, disse. **Pág. 3**

Lula defende isentar IR, ressarcir aposentados e fim da jornada 6x1



Israel proibiu a atuação da Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA) e a entrada de comida

EUA diz que matar palestinos de fome é “direito de Israel”

No terceiro dia de audiências da Corte Internacional de Justiça em Haia, que examina as obrigações humanitárias legais de Israel na Palestina ocupada a pedido da Assembleia Geral da ONU, após

a proibição, por Israel, da atuação da Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês) e dois meses de bloqueio total à entrada de comida em Gaza, um representante dos Estados

Unidos, na contramão dos demais expositores, saiu em defesa do “direito” de Israel matar de fome os palestinos em Gaza e de proibir a UNRWA. A agência foi criada em 1949 por decisão da Assem-

bleia Geral da ONU como resposta à Nakba, a expulsão forçada de palestinos de suas terras, sendo a principal fonte de apoio humanitário para cerca de 5,9 milhões de refugiados palestinos. **Página 6**

Em mensagem em cadeia nacional pela passagem do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, o presidente Lula falou à nação sobre sua proposta de isentar de imposto de renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil. Também comentou, pela primeira vez, os desvios de recursos de aposentados do INSS e afirmou que seu governo desmontou o “esquema criminoso que vinha desde 2019”. Lula ainda anunciou que seu governo está discutindo o fim de escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho. **Pág. 3**

Juro destrutivo: falência atinge principalmente setor industrial

A indústria liderou o ranking de recuperações judiciais no primeiro trimestre de 2025. Dados do Monitor RGF, divulgados pelo Valor Econômico, na terça-feira (6), revelam que das 4.881 companhias em dificuldades financeiras, o setor industrial conta com 1.112 empresas nesta condição. A Selic, agora a 14,75% é o principal fator que estrangula o crédito e o consumo no país. **Página 2**

Para pesquisadora de Stanford, Brasil deu exemplo ao suspender o “X”

A pesquisadora de política internacional no Centro de Política Cibernética da Universidade Stanford (Califórnia, EUA) Marietje Schaake afirmou que o Brasil foi exemplo para o mundo no enfrentamento dos “golpes” das big techs. “O caso brasileiro sublinhou que a defesa de princípios, soberania e democracia requer intervenção ativa”, afirmou. **Página 3**

“Fraude no INSS e bolsa banqueiro”, por Paulo Kliass

Fraude no INSS e bolsa banqueiro

“O Brasil precisa urgentemente de mais desenvolvimento e menos rigor austericista. O Palácio do Planalto precisa tomar para si essa tarefa, antes que seja tarde demais”

PAULO KLIASS*

O Banco Central (BC) divulgou recentemente a edição mais atualizada de seu Boletim de Estatísticas Fiscais. Segundo as informações constantes no documento, o volume de despesas com o pagamento de juros da dívida pública em março alcançou a cifra de R\$ 75 bilhões. Esse dado só vem confirmar a tendência de manutenção de tais gastos orçamentários em um patamar bastante elevado. Vale lembrar que o total observado em 2024 foi de R\$ 950 bi, representando um crescimento de 32% em relação ao verificado em 2023.

As expectativas criadas com a possibilidade de mudança na Presidência do BC foram completamente frustradas a partir do início deste ano. Desde o dia seguinte à posse de Gabriel Galípolo no comando do órgão o que se tem verificado é a continuidade da política implementada por seu antecessor. Lula passou mais de 2 anos criticando Roberto Campos Neto por sabotar seu governo por meio da SELIC elevada. Porém, a gestão de Galípolo já promoveu dois aumentos na taxa oficial de juros de 1% a cada reunião do COPOM que presidiu, com uma encomenda de outra subida na reunião desta semana.

Isso significa que o programa apelidado de “Bolsa Banqueiro” continua a pleno vapor. Por se tratar de despesa “não-primária” o pagamento de juros da dívida pública não entra no cálculo do esforço fiscal. Assim, como o governo decidiu também não promover nenhuma mudança nesta metodologia enviesada, os gastos financeiros não devem observar nenhum limite, nem sofrer cortes ou contingenciamentos. Para eles, os recursos que seriam escassos no entender do Tesouro Nacional, não sofrem nenhum tipo de restrição. Ao contrário, quando se trata de beneficiar o financismo, os recursos sempre abundam.

DESPESA COM JUROS OU RESSARCIMENTO AOS APOSENTADOS?

No entanto, ao contrário do que ocorre com tal tratamento VIP oferecido pela equipe de Haddad ao limitado e seletivo grupo de detentores de títulos da dívida pública, o governo não admite nenhum outro tipo de despesa que possa influenciar o sacrossanto compromisso ou o equilíbrio fiscal. Os representantes dos interesses do neoliberalismo no interior da Esplanada dos Ministérios não se cansam de plantar notícias e factoides sugerindo que não tardarão medidas para conter ainda mais as despesas primárias.

A cada semana saem novas informações alertando para a necessidade de eliminar os pisos constitucionais para saúde e educação, além das tentativas de desvincular os benefícios previdenciários em relação ao salário-mínimo. Não contentes com os limites draconianos impostos pelo Novo Arcabouço Fiscal que Haddad apresentou a Lula em 2023, os alarmistas que operam dentro do governo sugerem ainda mais arrocho com propostas que deveriam tornar a austeridade ainda mais rigorosa. O foco desse pessoal é sempre a redução de direitos sociais.

A maldade mais recente se relaciona à solução que o governo vai oferecer para a fraude nos descontos dos aposentados e pensionistas da previdência social. Trata-se de um esquema que vigorava há anos no sistema do INSS, com algum grau de leniência por parte dos responsáveis no âmbito também do Ministério da Previdência. Os cálculos efetuados pelos órgãos de controle e revelados até o momento apontam para um total de R\$ 6,5 bi. São valores bilionários que foram subtraídos de forma criminosa das contas de milhões de beneficiários a título de contribuição para entidades assistenciais e/ou sindicais. Ora, como tal ilícito ocorreu no interior da administração pública federal, cabe à União ressarcir de imediato os lesados – independentemente de prosseguir com o indiciamento penal e criminal dos responsáveis por tais ações.

Continua: <https://horadopovo.com.br/fraude-no-inss-e-bolsa-banqueiro-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Banco Central sobe os juros e proíbe o Brasil de crescer

Para frear a economia, taxa Selic vai a 14,75%, o maior patamar desde 2006, com juro real no país próximo de 9%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu, nesta quarta-feira (7), aumentar a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, elevando-a de 14,5% para 14,75% ao ano, proibindo o Brasil de crescer e gerar bem-estar social. Esta é a sexta alta consecutiva do juro básico da economia. É a maio taxa desde julho de 2006 (15,25%).

Com uma taxa de juros reais (descontada a inflação da taxa Selic) próxima de 9%, o Brasil segue entre os países com o juro real mais alto do planeta.

Em comunicado, o Copom afirma que “entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante”. Para a próxima reunião do colegiado, “a calibragem do aperto monetário apropriado”, diz o Copom, “dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica”.

Em declarações feitas na última semana de abril, o presidente da autarquia financeira, Gabriel Galípolo, afirmou que o Banco Central manterá a política monetária contracionista pelo tempo necessário para

conter a demanda e a produção – e, como consequência, a geração de emprego –, com o objetivo de cumprir a meta de inflação e frear a economia.

“Vamos colocar a taxa de juros no patamar que for restritivo o suficiente e no patamar necessário para cumprir a meta”, afirmou Galípolo, durante entrevista coletiva sobre o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do segundo semestre de 2024.

O impacto da alta dos juros restringirá ainda mais o crédito (já caro) para empresas e famílias, enquanto ampliará os lucros de bancos e rentistas por meio de aplicações financeiras atreladas à Selic. A cada meio ponto percentual na taxa Selic, são mais R\$ 25 bilhões desviados dos cofres públicos para bancos e demais rentistas. Somente em março deste ano, o Estado brasileiro gastou R\$ 75,2 bilhões com os juros da dívida pública. No acumulado dos últimos doze meses até março, as despesas do setor público (União, estados, municípios e empresas estatais) com juros totalizaram R\$ 935 bilhões, valor equivalente a quase 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

ANTONIO ROSA

A pior servidão é a que se manifesta por convicção

Na contramão do mundo, equipe econômica do governo insiste na “convicção” de que a política neoliberal serve para alguma coisa que preste

Assistimos recentemente ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmar que o juros vão seguir altos por muito tempo, porque haveria, segundo ele, uma “desancoragem das expectativas”. E, como se fosse uma coisa séria, ele explicou que isso ocorre porque o “mercado” espera mais juros e o país não pode ir noutra direção. Já Fernando Haddad, que está indo para Los Angeles oferecer negócios no Brasil para as big techs, defendeu esta semana que não é o Estado e sim os monopólios privados que vão garantir o crescimento econômico.

sociedade, transformaram-se em potências industriais e tecnológicas.

RETRATO DA CRISE

Mesmo os EUA, país que mais se beneficiou do assalto neoliberal aos povos, através da ditadura do dólar, viu a coisa se desmoronar com a entrega do comando real de sua economia a uma oligarquia financeira tresloucada e decrepita. Isto foi fruto do parasitismo dos monopólios, e o país sofreu as consequências. Houve um processo de deslocação produtiva, de esvaziamento econômico e declínio político do país. Esse declínio político culminou com a atual chegada à Casa Branca de Donald Trump, um bilionário picareta, inescrupuloso e de extrema direita. Trump é o próprio retrato da decadência americana.

O estrago do neoliberalismo no Brasil foi avassalador. A indústria do país correspondia a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e agora não passa de 10%. O país possuía, na década de 1980, uma indústria maior do que a da China e a dos chamados “tigres asiáticos” juntos. Hoje só a indústria chinesa – exemplo de quem não se submeteu à ditadura neoliberal – é dez vezes maior do que a brasileira. O Brasil é hoje um exportador de produtos primários e um importador de produtos industriais e de tecnologia avançada. Quarenta anos depois, não há como esconder esse verdadeiro desastre.

Desde Fernando Collor, em 1989, tivemos governos que podemos chamar de “neoliberais raízes”, como FHC, Bolsonaro e Temer – ou seja, serviços convictos – que desmontaram o Estado, que atacaram a Previdência Social e os direitos trabalhistas, que venderam mais de 100 empresas estatais, entre elas estatais estratégicas como Telebrás, Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional, Eletrobrás, partes da Petrobrás e muitas outras, tudo em benefício de seus patrões na metrópole.

Continua: <https://horadopovo.com.br/a-pior-servidao-e-aquela-que-se-manifesta-por-conviccao/>

SÉRGIO CRUZ



Foto: Banco de Mídia da Indústria/CNI

“Se há aumento da Selic, se faz sentir imediatamente”, alerta CNI Falências provocadas pelos juros elevados do BC atingem principalmente a indústria

Sector lidera ranking de recuperações judiciais no primeiro trimestre de 2025

A indústria liderou o ranking de recuperações judiciais no primeiro trimestre de 2025. Dados do Monitor RGF, divulgados pelo Valor Econômico, nesta terça-feira (6), revelam que das 4.881 companhias em dificuldades financeiras, o setor industrial conta com 1.112 empresas nesta condição. O principal motivo tanto pelas indústrias como para as empresas em geral entrarem em processo de reestruturação é a política de juros altos do Banco Central (BC), que mantém a taxa Selic em 14,25% ao ano, estrangulando o crédito e o consumo no país.

Para a indústria, dependente de financiamentos de longo prazo, o peso da Selic é ainda mais devastador, como destaca o economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles.

“A indústria tem uma necessidade forte de financiamentos para investimentos e isso compromete o endividamento

das empresas”, explica o diretor da CNI. “Grande parte das empresas tem financiamento, então elas são muito dependentes, mais que outros setores”, acrescenta.

Sérgio Telles observa que as linhas de crédito direcionadas à indústria (como Mais Produção – BNDES e Nova Indústria Brasil do governo federal) seguem caras e inferiores ao crédito direcionado para o agronegócio, como no Plano Safra.

“São taxas de mercado e grande parte é para investimento em inovação, máquinas e equipamentos, mas a empresa da indústria é praticamente totalmente ligada à Selic. Então, se há aumento da Selic, se faz sentir imediatamente”, critica.

O economista também avalia que o desaquecimento da economia, impulsionado pela política monetária restritiva, contribui ainda mais para o agravamento das condições financeiras das empresas.

“Por conta dos juros,

desaquecimento do mercado de trabalho e mesma política fiscal com impulso menor, a demanda vai desacelerar mais, eventualmente pode ter reduções no consumo, então a dificuldade para as empresas vai ser maior”, disse. Desta forma, Telles prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 2%, o que é menor que os 3,5% registrados em 2024.

O contingente de 4.881 empresas em recuperação judicial é o maior volume da série histórica da pesquisa, iniciada em 2023. Este número é um sinal claro de que a estratégia de juros altos, longe de controlar a inflação, está asfixiando as empresas produtivas do país.

Depois da indústria, as empresas ligadas ao setor de serviços são as que mais demandam por recuperações judiciais (1.105 casos), em seguida o comércio (996), infraestrutura, energia e saneamento (992), agropecuário (341) e outros (335).

Com economia desacelerando, lucro líquido do Santander sobe 27,8% no 1º trimestre

Banco espanhol no Brasil faz a festa com os juros altos impostos pelo BC

O lucro líquido do banco Santander no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 3,86 bilhões, o que representa um aumento de 27,8% sobre o lucro do mesmo período do ano passado. Em relação ao quarto trimestre de 2024 o lucro (R\$ 3,85 bi) aumentou em 0,2%. O espanhol Santander é o terceiro maior banco privado no Brasil, é o primeiro dos grandes bancos a divulgar seus resultados do trimestre. A comunicação foi feita nesta quarta-feira (30).

A receita total foi de 21,06 bilhões no primeiro trimestre de 2025, um crescimento de 7% em relação ao trimestre anterior. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado (ROAE) fixou-se em 17,4% no primeiro trimestre do ano, alta de 3,3 pontos percentuais na comparação interanual.

O Santander Brasil encerrou o primeiro trimestre com uma inadimplência estável e em níveis compatíveis de 3,3%, para operações com atraso superior a 90 dias. Em dezembro, ela estava no mesmo percentual de um ano antes ou em 3,2%.

Os resultados continu-

am amplamente favoráveis para os bancos, em contraste com a estagnação na indústria, sem crescimento nos serviços, com alta sem expressão no comércio, observados desde o segundo semestre de 2024.

A atividade bancária no país vem de vento em poupa há décadas e para o Santander não tem sido diferente. Com as taxas de juros praticados em nossa economia é quase impossível aos bancos não realizarem lucros extraordinários. Os juros de menor custo no crédito pessoal, que são os empréstimos consignados chegam a taxas de mais de 27% ao ano ou 2% ao mês. Sem falar das astronômicas taxas de juros dos cartões de crédito atingindo 450% ao ano.

O dinheiro que não emprestam continua rendendo para eles nas aplicações nos títulos do Tesouro Nacional e nas operações compromissadas, o overnight dos bancos. Tudo a favorecer suas atividades. Em 2024 amealharam a esportosa cifra de quase um trilhão de reais dos cofres públicos.

Insaciáveis nos seus ganhos, os bancos, incluso Santander, encontra-se

ainda em plena campanha para o aumento da taxa Selic, que remunera suas aplicações no Tesouro, dos atuais e elevados 14,25% ao ano, os mais altos do mundo, para 15% nos próximos meses.

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, fonte de recursos cada vez mais importante, ficaram em R\$ 5,137 bilhões, queda de 6,9% ante o quarto trimestre de 2024, no entanto, um aumento de 5,1% em comparação com o primeiro trimestre de 2024. Além de ganharem, por exemplo, com nosso dinheiro em depósito, ainda temos que pagar um taxa para “manutenção” da conta.

A carteira de crédito ampliada totalizou R\$ 682 bilhões no primeiro trimestre do ano, que representou um aumento de 4,3% na comparação interanual e estável em relação ao último trimestre. A carteira de pessoas físicas, na casa de R\$ 252,4 bilhões no final do trimestre, a mais importante para o banco, encolheu 0,9% no trimestre, mas cresceu 2,3% em 12 meses, aos R\$ 252,404 bilhões no fim de março.

J. AMARO

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Divulgação - Rod-Searcey - Stanford



Marietje Schaake foi do Parlamento Europeu Brasil suspendeu o X de Musk e deu exemplo para o mundo, diz pesquisadora de Stanford

A pesquisadora de política internacional no Centro de Política Cibernética da Universidade Stanford (Califórnia, EUA), Marietje Schaake, afirmou que o Brasil foi exemplo para o mundo no enfrentamento dos “golpes” das big techs.

“O mundo inteiro estava observando o que estava acontecendo no Brasil”, destacou a pesquisadora que também foi integrante do Parlamento Europeu.

“O caso mostrou que as instituições democráticas, quando determinadas, ainda podem exercer poder, mesmo sobre um bilionário da tecnologia”, acrescentou a especialista em regulação de tecnologia e IA em entrevista à Bloomberg Línea. “A suspensão do X por Alexandre de Moraes no fim de 2024 mostrou os limites de publicações na plataforma em respeito às leis do país e reafirmou o dever das instituições democráticas”, prosseguiu Marietje Schaake.

Segundo ela, a resposta do Brasil na disputa com Musk não foi apenas um caso jurídico doméstico, mas um ponto de virada importante e global, em que o mundo observou as ações do sistema de justiça brasileiro com grande interesse porque representou um teste significativo do Estado de direito.

“O caso revelou duas coisas cruciais: em primeiro lugar, expôs o flagrante desrespeito de Elon Musk pelas estruturas legais e sua arrogância ao desafiar-las.” “Em segundo lugar, demonstrou que, quando as autoridades democráticas estão dispostas a afirmar seu poder, elas podem ser muito eficazes. Apesar do desafio de Musk, o ministro acabou prevalecendo”, disse.

A reportagem salientou que o embate recente entre o ministro Alexandre de Moraes e Elon Musk sobre os limites de publicações na rede social X, que levou ao bloqueio do antigo Twitter no final do ano passado, serviu como um exemplo de como os Estados nacionais podem retomar sua soberania diante das big techs.

Schaake é autora do livro *The Tech Coup: How to Save Democracy from Silicon Valley*. Ela é natural da Holanda e sou o alarme de que as big techs têm assumido o poder e funções do Estado em várias partes do mundo.

Para a ex-parlamentar, o episódio serve como um lembrete de que as autoridades democráticas talvez tenham sido muito hesitantes em afirmar seu poder sobre as corporações de tecnologia. “Essa timidez pode decorrer de uma crença equivocada de que uma abordagem de não-intervenção à regulamentação fomentaria a democratização. Isso foi um mal-entendido fundamental”, disse. Schaake explicou que o comportamento das big techs mudou drasticamente na última década.

“O caso brasileiro ofereceu uma forte ‘contranarrativa’, sublinhando que a defesa de princípios, soberania e democracia requer intervenção ativa e que os governos democráticos possuem a capacidade de agir”, afirmou a ex-parlamentar holandesa.

A presença de Elon Musk dentro do governo dos EUA, com o DOGE foi destacado como o contrário do que aconteceu no Brasil. “O contraste é gritante. Enquanto o Judiciário do Brasil afirmou sua autoridade, os EUA estão na direção oposta — convidando líderes de tecnologia para o núcleo do governo, dando a eles acesso a dados, poder de decisão e legitimidade sem responsabilização”, disse a pesquisadora.

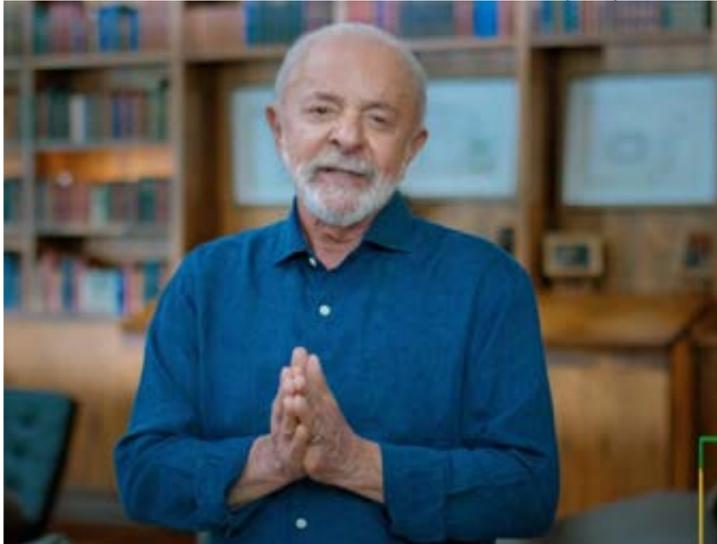
“Os EUA estão se afastando da democracia, do estado de direito e em direção a uma autocracia tecnológica politizada. E profundamente preocupante”, denunciou. “No Brasil, houve uma defesa clara e baseada em princípios da legitimidade institucional. Nos EUA, vemos uma celebração da desregulamentação e uma transferência de funções governamentais essenciais para empresas privadas — sem nenhuma salvaguarda”, apontou a pesquisadora.

Segundo Marietje Schaake, “é crucial desafiar as alegações simplistas de que qualquer regulamentação inerentemente equivale à censura. Regular a conduta possibilitada pela tecnologia não é o mesmo que suprimir o direito fundamental à expressão”.

“O Judiciário brasileiro não estava fechando a liberdade de expressão — estava afirmando sua autoridade constitucional. Há uma grande diferença entre manter a ordem pública e suprimir a expressão.” “O que é perigoso é a ideia de que os proprietários de plataformas podem definir a liberdade de expressão de maneiras que atendam a seus próprios interesses políticos ou econômicos”, completou.

1º de Maio: Lula defende isenção do IR e ressarcir os aposentados

Reprodução/Canal Gov



Presidente durante fala em cadeia de rádio e TV na véspera do 1º de Maio Principal credor da Avibrás se reúne com trabalhadores e tenta reativar a empresa

O principal credor da Avibrás, o fundo Brasil Crédito, se reuniu com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na sexta-feira (2) para tentar chegar a um acordo para reativação da empresa bélica.

A informação é do G1 e foi confirmada pela entidade da categoria. A empresa, uma das maiores indústrias do setor de defesa militar do país, é sediada em Jacareí (SP) e vive uma crise financeira há três anos. Suas dívidas chegam a R\$ 600 milhões.

Os donos do fundo Brasil Crédito se reuniram com os trabalhadores na sede do sindicato, em São José para buscar uma solução para a crise. Foram discutidas opções do pagamento dos salários atrasados dos funcionários, que estão sem receber há quase três anos. Segundo o sindicato, o fundo de investimento tem cerca de 18 milhões de dólares — cerca de R\$ 101 milhões — para receber da empresa de armamentos.

A nova sociedade sugerida seria totalmente independente do atual presidente da Avibrás, João Brasil de Carvalho Leite, contaria com um corpo diretivo especializado no setor, bem como

com a participação da União em determinadas decisões estratégicas. A reunião teve a participação de Sami Hassuni, ex-presidente da Avibrás, que agora está assessorando a Brasil Crédito.

Pela proposta, os funcionários terão a opção de um acerto parcelado em até 48 vezes com reposição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 1% de juro ao ano. Outros créditos poderão ser acordados com pagamento integral. O plano prevê a venda dos ativos da Avibrás e, consequentemente, a transferência das atividades para uma nova sociedade, chamada de “Nova ABV”.

“Nós queremos discutir, junto com os trabalhadores, um posicionamento mais claro e, a partir disso, solicitar uma agenda de negociação. Não é uma situação que se resolve em uma, duas ou três reuniões. Tem outras coisas. Existe a situação do plano de saúde dos trabalhadores que está cortado, existe a situação da Avibrás que não faz o depósito do Fundo de Garantia e não faz o depósito do INSS. Não é apenas o salário”, explica Weller Gonçalves,

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

“A Brasil Crédito vem tentando adquirir o controle da Avibrás via judicial. Hoje eles têm a penhora dos bens do João Brasil, que é o sócio majoritário da Avibrás, que tem cerca de 99% das ações da empresa. Eles fazem um processo de tentativa via judicial de adquirir a Avibrás”, prossegue Weller. “São mais de três anos de luta e, nesse período, o Sindicato tem se empenhado ao máximo na luta em defesa dos trabalhadores. Reforçamos aqui para que todos compareçam em peso. Vamos construir juntos os novos encaminhamentos”, completa o presidente da entidade.

Além disso, a nova administração prevê empregar os atuais trabalhadores da Avibrás que desejarem permanecer na empresa. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, a proposta será discutida com os trabalhadores na próxima quarta-feira (7). No dia 13, um outro encontro já está marcado, entre sindicato, empresa e todos os credores. Nesse encontro, a Brasil Crédito vai apresentar um plano de recuperação judicial alternativo.

“Corte de R\$ 500 milhões deixou Ministério numa penúria total”, informa Lewandowski

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que o corte de R\$ 500 milhões no orçamento deixou a pasta em “penúria total” e defendeu medidas no Congresso, como possível “extrateto”, para, assim, garantir maior investimento em segurança pública no Brasil.

O ministro da Justiça e Segurança Pública deu a declaração na terça-feira (29), em Brasília. “Eu também lamento o corte que nós tivemos de R\$ 500 milhões. Nós estamos numa penúria total”, disse Lewandowski, durante audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

RECURSOS
Lewandowski afirmou ser a favor de que o Congresso tome medidas efetivas para garantir o aumento do investimento em segurança no País.

O orçamento do Ministério da Justiça para 2025 é de R\$ 6 bilhões e, segundo o ministro, houve o corte de R\$ 500 milhões no FNPS (Fundo Nacional de Segurança Pública) e

no FPM (Fundo Penitenciário Nacional), que financiam políticas nesses setores.

“EXTRATETO”
Ele defendeu, ainda, que, diante do cenário, poderia optar-se por “extrateto”, ou seja, que os recursos destinados à segurança não fossem submetidos às regras que limitam os gastos públicos federais.

“Nós estamos hoje com teto de gastos, nós estamos com uma redução de despesas, nós estamos com o pacote fiscal que foi engendrado pelo próprio Congresso Nacional. Para financiar a segurança pública nós temos que arrumar dinheiro, talvez extrateto, como se fez, por exemplo, na questão da inundação do Rio Grande do Sul”, declarou, antes de dirigir-se aos parlamentares e continuar. “E quem vai fazer aparecer dinheiro são os senhores parlamentares”, disse.

Por fim, o ministro se disse favorável à aprovação, por parte do Congresso, da proposta que visa impedir que recursos do Fundo Nacional de Segurança Pú-

blica sofram bloqueios para fins de redução de gastos.

Essa proposta está dentro da PEC da Segurança Pública, que aponta para medidas eficientes ao combate ao crime organizado, sendo uma das principais bandeiras, na área da segurança, do governo do presidente Lula (PT).

PEC
Não se trata de tema qualquer, sobretudo diante da violência urbana crescente, que é recorrentemente citada como grande foco de preocupação da chamada “classe política”, a segurança pública deve influenciar cada vez mais o debate político.

E com grande potencial de seguir com peso nas escolhas dos eleitores no próximo ano. Dado esse cenário, nomes da direita e da esquerda são unânimes em dizer que o tema prescinde de soluções pensadas de forma estratégica.

“Você tem de desmontar as organizações criminosas. Só no Brasil existe polícia que não investiga, que é a Polícia Militar.

Presidente Lula ainda disse que o governo vai se engajar na luta contra a jornada de trabalho 6 x 1

Em mensagem em cadeia nacional pela passagem do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, o presidente Lula falou à nação sobre sua proposta de isentar de imposto de renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil e também comentou, pela primeira vez, os desvios de recursos de aposentados do INSS e afirmou que seu governo desmontou o “esquema criminoso que vinha desde 2019”.

“Na última semana, o nosso governo, por meio da CGU e da PF, desmontou um esquema criminoso de cobrança indevida contra aposentados e pensionistas, que vinha operando desde 2019. Determinei à AGU que as associações que praticaram cobranças ilegais sejam processadas e obrigadas a ressarcir as pessoas que foram lesadas”, disse Lula.

Ele destacou sua proposta de isenção de imposto de renda dos que ganham pouco. “Enviamos ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que zera o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. E quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil também será beneficiado pagando menos do que paga hoje. Agora

é assim: quem ganha menos, não paga. E quem ganha muito paga o valor justo”, prosseguiu o presidente.

Lula anunciou também que seu governo está discutindo o fim de escala 6x1 e redução da jornada de trabalho. “Vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no país, em que o trabalhador e a trabalhadora passam seis dias no serviço e têm apenas um dia de descanso. A chamada jornada 6 por 1. Está na hora do Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras”, defendeu.

No pronunciamento, o presidente voltou a apontar ganhos trabalhistas conquistados durante seu governo, como a redução do desemprego, o crescimento do PIB acima de 3% nos últimos dois anos, o reajuste do salário mínimo acima da inflação e os programas de apoio aos pequenos empresários e empreendedores. Falou também do Desenrola Brasil e do crédito consignado aos trabalhadores da iniciativa privada.

“Careca do INSS” fez doação para Bolsonaro fazer campanha em 2022

O lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “careca do INSS”, que era parte do esquema que roubava aposentados e pensionistas, fez uma doação de R\$ 1 via PIX para a campanha de Jair Bolsonaro em 2022, quando ele queria usar a ferramenta como propaganda eleitoral. A informação é do portal Metrôpolis.

Como apontaram a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal, o esquema criminoso agia desde 2019, quando Jair Bolsonaro chegou à Presidência.

Antonio Carlos Camilo Antunes pagava propina para funcionários federais e recebia uma parte do montante desviado das aposentadorias e pensões.

Em setembro de 2022, durante a disputa eleitoral, o lobista participou do movimento chamado pelo ex-presidente para que seus apoiadores fizessem uma doação de R\$ 1 através de PIX. Essa era uma forma de capitalizar sobre a criação, em seu governo, da ferramenta.

Segundo a investigação, o “careca do INSS” pagou propina para o ex-diretor de Benefícios André Fidelis, que foi demitido pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, por atrapalhar as investigações, e para o ex-diretor de Integridade Alexandre Guimarães e ao ex-procurador-geral do INSS, Virgílio Oliveira Filho.

Lupi deixa o Ministério da Previdência e Lula empossa Wolney Queiroz no lugar

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, deixou o cargo por conta da pressão após a revelação do esquema que roubou dinheiro de aposentados e pensionistas, mas reforça que seu nome “não foi relatado em nenhum momento”.

O próprio ministro anunciou que está deixando o governo Lula em nota publicada nas redes sociais.

“Faço questão de destacar que todas as apurações foram melhoradas, desde o início, por todas as áreas da Previdência, por mim e pelos órgãos de controle do governo Lula”, disse Lupi. “Meu nome não foi citado em nenhum momento na investigação em curso”.

“Espero que as investigações sigam seu curso normal, identifiquem os responsáveis e punam, com rigor, aqueles que adquiriram suas funções para capacitar o povo brasileiro”, completou a nota.

Carlos Lupi declarou que vai seguir “colaborando com o governo para que, ao final, todo e qualquer recurso que tenha sido desviado do caminho de nossos beneficiários seja devolvido in-

O papel de Antonio Carlos Camilo Antunes era intermediar, através das propinas, a relação entre as associações e sindicatos e os funcionários federais.

Como pagamento, ele recebia 27,5% do valor descontado dos aposentados e pensionistas pelo Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionista (Cebap). Normalmente os descontos eram de 2,5% do total da aposentadoria.

Com ajuda de Antonio Carlos Camilo Antunes, o faturamento do Cebap subiu de R\$ 500 mil para R\$ 10 milhões.

Uma empresa do “careca do INSS”, a Camilo & Antunes Ltda, com sede em um paraíso fiscal, gastou R\$ 11 milhões em apartamentos em São Paulo e um terreno em Brasília, ao mesmo tempo em que o esquema criminoso ocorria.

A PF suspeita que essa foi uma manobra para lavagem de dinheiro. “A coincidência temporal com o esquema da ‘farra no INSS’, o uso de uma empresa sediada nas Ilhas Virgens Britânicas e as transações de alto valor reforçam a suspeita de que essas operações foram realizadas com o intuito de ocultar a origem ilícita dos recursos”, disse a corporação.

O terreno no Lago Sul de Brasília, área nobre da capital, foi comprado com R\$ 3,3 milhões em dinheiro vivo.

tegralmente”.

O novo ministro da Previdência Social será o ex-deputado Wolney Queiroz, que já foi secretário-executivo da pasta. Em suas redes sociais, Wolney falou que é “uma honra ser empossado pelo presidente Lula como novo Ministro da Previdência Social do Brasil”.

O presidente Lula publicou uma foto ao lado de Wolney informando que assinou sua posse.

A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) deflagraram a Operação Sem Desconto que desbaratou o esquema criminoso que se apropriava de parte de pensões e reformas.

Algumas associações e sindicatos de aposentados fraudaram documentos para conseguir receber o pagamento das contribuições mensais diretamente junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

O esquema roubou, desde 2019, até R\$ 6,3 bilhões dos investidores. A quadrilha contava com lobistas que pagavam propinas a funcionários federais.

Tarcísio vende fazenda de pesquisa para Skaf pela metade do preço

Venda foi realizada por R\$ 17,1 milhões, cerca da metade do valor de mercado, segundo denuncia a Associação dos Pesquisadores Científicos (APqC)

O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) entregou 350 hectares de uma fazenda pública em Pindamonhangaba, pertencente à principal rede de pesquisa agropecuária do Estado, para empresários do agronegócio ligados a seu partido. A venda foi realizada por R\$ 17,1 milhões, cerca da metade do valor de mercado estimado entre R\$ 35 e R\$ 45,5 milhões, segundo dados da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC).

A área integra a Unidade Regional de Pesquisa e Desenvolvimento, vinculada à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que desde 1938 realiza estudos sobre pecuária, aquicultura, rizicultura e agroecologia. Além da produção científica, o local mantém convênios com cooperativas que atendem centenas de pequenos produtores rurais.

Quem comprou a terra foi a SFA Agro Empreendimentos, empresa formada em 2022 por Paulo Skaf – ex-presidente da Fiesp e hoje filiado ao Republicanos, mesmo partido do governador. Também são sócios o filho de Skaf, Gabriel, e dois empresários da região. O negócio foi feito por meio do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de São Paulo (FIISP), sem transparência e sem audiência pública, como determina a Constituição Estadual.

A justificativa do governo é a de que se trata de um imóvel “subutilizado”, mas o histórico de pesquisa e a importância estratégica da unidade desmentem o argumento. O local é referência em reprodução bovina, genética de arroz e preservação ambiental – situado, inclusive, em zona de proteção.

O modelo de venda foi viabilizado por meio de um fundo imobiliário estadual, administrado pela corretora privada Singulare. A utilização desse instrumento tem dificultado o acesso a informações sobre os valores envolvidos e as propostas recebidas. Órgãos públicos como a Câmara Municipal de Pindamonhangaba e a Assembleia Legislativa de São Paulo encaminharam pedidos de esclarecimento, mas não obtiveram respostas até o momento.

A falta de publicidade e os laudos ocultos levantaram suspeitas sobre favorecimento. A própria cooperativa Comevap, que atua com os pesquisadores e quis comprar o terreno para expandir seus trabalhos, apresentou proposta – mas os valores não foram divulgados. A SFA Agro foi declarada vencedora, segundo o governo, “por ter feito o maior lance à vista”. Porém, até hoje, não se sabe quais foram os outros lances.

Além da subavaliação do terreno, que ficou abaixo do valor corrigido pelo IGP-M (R\$ 18,5 milhões), entidades alertam que a alienação fere frontalmente o artigo 272 da Constituição Estadual, que exige audiência com a comunidade científica antes da venda de áreas de pesquisa. A única audiência feita ocorreu em 2017, sem quórum e marcada às pressas – sem legitimidade.

O Ministério Público foi favorável à tese da APqC. Mesmo assim, o Tribunal de Justiça de São Paulo

aprovou a venda, alegando que o Estado “não poderia obrigar os cientistas a comparecerem à audiência”. A decisão revoltou pesquisadores, que denunciam a destruição sistemática de décadas de trabalho público em nome de interesses privados.

A visita de Skaf e sócios à área, montados a cavalo antes mesmo do anúncio oficial da venda, reforçou a suspeita de conluio entre Tarcísio e empresários. Funcionários da fazenda relataram que pensaram se tratar de invasores, pois o grupo entrou pelos fundos com caminhões e cavalos.

A pressão da comunidade científica forçou o Governo a recuar temporariamente em algumas áreas, como a Fazenda Santa Elisa e Jundiá. Situada em Campinas, interior do Estado, a fazenda representa o berço da pesquisa do café no Brasil, e abriga o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), com campos experimentais considerados referências internacionais. Unidades em São Roque, Cananéia, Jundiá, Piracicaba e outros 23 municípios.

No entanto, a negociata com Skaf significa apenas a primeira de uma ofensiva de Tarcísio para liquidar áreas públicas de pesquisa. Ele já encomendou estudos para a venda de 80 imóveis rurais do Estado, incluindo a histórica Santa Elisa. A meta é vender até o fim de 2025 pelo menos 27 propriedades, totalizando 1.300 hectares de solo público.

Um projeto de lei deve ser enviado à Assembleia Legislativa sob a alegação de destinar 20% da receita com a venda das áreas para as pesquisas agrícolas e à valorização de carreiras do setor. “Essa foi também a promessa em 2016 com a alienação de outras áreas, porém, nunca se concretizou”, observa Helena Goldman, da APqC.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) está conduzindo estudos para desmembrar e vender as terras públicas, começando por São Roque, onde 82% da unidade é composta por Mata Atlântica secundária. A APqC alerta que esses levantamentos sinalizam os primeiros passos para a alienação das terras.

A vice-presidente da entidade, Dora Colariccio, chamou a atenção para o risco ambiental que isso representa: “Todas têm remanescentes de cerrado, de mata nativa. Diante do pouco que resta no estado desses biomas, seria importante preservá-las em vista das mudanças climáticas”.

Para agravar o quadro, o governo estadual também aprofundou a legalização da grilagem no Pontal do Paranapanema, vendendo terras devolutas com até 90% de desconto a usurpadores de terras públicas. A manobra, viabilizada em 2022 e agora reforçada por Tarcísio, representa a entrega do patrimônio fundiário paulista ao capital privado.

No início de abril, o Governo paulista convocou uma audiência com pesquisadores para tratar da venda de áreas experimentais, mas a reunião foi suspensa por decisão da Justiça, que exigiu do Estado a apresentação de um estudo técnico que justificasse a comercialização dessas terras públicas.

Analfabetismo funcional atinge 29% dos adultos e cresce entre os jovens

Os dados divulgados pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), nesta segunda-feira (5), mostram que 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos padecem com analfabetismo funcional, sem conseguir compreender pequenas frases ou identificar números de telefones ou preços. O índice permanece o mesmo desde 2018.

No mesmo período, entre os jovens o analfabetismo funcional aumentou, partindo de 14% dos brasileiros de 15 a 29 anos, em 2018, para 16%, em 2024. Segundo os pesquisadores responsáveis pelo estudo, o aumento pode ter ocorrido por causa da pandemia, período em que as escolas fecharam e muitos jovens ficaram sem aulas.

O indicador classifica o nível de alfabetismo com base em um teste aplicado a uma amostra representativa da população. Os níveis mais baixos, analfabeto e rudimentar, correspondem ao analfabetismo funcional. O nível elementar é, sozinho, o alfabetismo elementar e, os níveis mais elevados, que são o intermediário e o proficiente correspondem ao alfabetismo consolidado.

Nesta edição, o Inaf entrevistou 2.554 indivíduos de 15 a 64 anos, entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, em todas as regiões do país, para mapear as habilidades de leitura, escrita e

matemática dos brasileiros. De acordo com o Instituto, a margem de erro estimada varia entre dois e três pontos percentuais, a depender da faixa etária analisada considerando um intervalo de confiança estimado de 95%.

O analfabetismo funcional teve queda de 2001 a 2009, quando caiu de 39% para 27%, índice que se manteve até 2015, crescendo para 30% em 2018 e agora em 29%.

“Durante as duas décadas de existência do Inaf, dados do IBGE evidenciaram uma transformação no panorama educacional brasileiro, refletindo os avanços obtidos com a expansão da educação pública no período, que se aproximou da universalização do acesso no ensino fundamental. Também demonstram uma grande expansão do acesso e conclusão do ensino médio, assim como um aumento significativo do acesso ao ensino superior”, avalia Ana Lima, coordenadora do estudo.

“Esse intenso crescimento refletiu-se na importante redução dos analfabetos funcionais. O importante agora é assegurar avanços no desenvolvimento contínuo das habilidades de letramento e numeramento dos brasileiros, tanto para aqueles que ainda estão na escola quanto para os que já estão fora dela”, completa ela.



Governador de SP, junto a Bolsonaro e Paulo Skaf, filiado ao Republicanos



Segundo a ministra Margareth Menezes a Lei Aldir Blanc é “uma das maiores políticas de incentivo direto à cultura da nossa história”

Lula sanciona lei que torna Política Nacional Aldir Blanc permanente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta sexta-feira (2) a lei que transforma a Política Nacional Aldir Blanc em uma política pública permanente, consolidando um marco histórico para o fomento à cultura brasileira.

A nova legislação, aprovada pelo Congresso Nacional, surge após duas medidas provisórias do governo que perderiam validade nos dias 1º de maio e 2 de junho. Com a sanção, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, o país assegura a continuidade do investimento cultural por meio de repasses diretos e ações estruturantes.

Até então, a Lei Aldir Blanc tinha caráter emergencial, direcionada a mitigar os danos da pandemia de Covid-19 ao setor. Agora, com a transformação em política de Estado, o apoio ao setor cultural se torna contínuo e estruturado, com

regras claras para financiamento e execução de projetos.

Com o novo formato, os R\$ 15 bilhões originalmente previstos para serem distribuídos em cinco anos (R\$ 3 bilhões por ano entre 2023 e 2027) poderão ser repassados em prazos maiores, conforme o andamento dos projetos pelos entes federativos. Ao fim desse montante, os repasses passarão a ser definidos nas leis orçamentárias anuais.

A política também estabelece exigências específicas para o uso eficiente dos recursos: municípios com até 500 mil habitantes deverão executar pelo menos 50% dos valores recebidos para poder acessar novas verbas, enquanto estados, o Distrito Federal e municípios maiores continuam obrigados a aplicar no mínimo 60%.

Outra medida importante é a prorrogação, até 31 de dezembro de 2029, dos benefícios fiscais concedidos pelo Regime Especial de Tributa-

ção para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). O programa permite a isenção de tributos federais para aquisição de equipamentos e modernização de salas de cinema, com foco especial em regiões do interior ou com pouca oferta cultural. A Ancine ficará responsável por definir metas, objetivos e indicadores para monitorar os resultados dessas isenções.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, destacou o impacto da sanção: “É uma vitória. A Aldir Blanc é uma das maiores políticas de incentivo direto à cultura da nossa história. Essa aprovação é essencial para garantir que a cultura siga recebendo o suporte para seu crescimento e para que produtores culturais, especialmente os que estão na linha de frente da criação, tenham acesso a recursos públicos que fortaleçam suas ações”.



Cantora faleceu aos 84 anos

A despedida de Nana Caymmi, a voz que eternizou canções

A cantora Nana Caymmi, que morreu na quinta-feira (1º), aos 84 anos, e foi enterrada no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro – a despeito de suas posições políticas equivocadas, alinhadas com a extrema-direita, e polêmicas recentes, quando atacou colegas como Caetano Veloso e Chico Buarque –, foi, inegavelmente, uma das maiores artistas brasileiras.

Em um país repleto de grandes cantoras, como Elizeth Cardoso, Gal Costa, Maria Bethânia, Elis Regina, só para citar algumas, podemos dizer que Nana Caymmi figurava entre as primeiras.

Nascida em uma família de intérpretes magistrais, como o pai Dorival Caymmi, também um dos maiores compositores brasileiros, e os irmãos Danilo e Dori, além da mãe Stella Maris, que também era cantora, Nana se banhou nesse ambiente de enorme riqueza musical e logo mostrou seu talento. Em 1960 gravou sua primeira música, a canção de ninar “Acalanto”, composta pelo pai para ela, quando ainda era bebê. Os dois fizeram um dueto que saiu no LP de Dorival.

Ao longo da década de 60, sua carreira já se consolidava. Gravou seu primeiro disco pela gravadora Elenco, começou a se apresentar na TV Tupi no programa Sucessos Musicais e depois em outro programa com o irmão Dori, e, em 64, participou do disco que se tornaria um clássico da MPB, o “Caymmi visita Tom”, que junta toda a família – Caymmi, Nana, Dori e Danilo –, resultante em uma verdadeira preciosidade musical.

Ainda nos anos 60, venceu a fase nacional do I Festival Internacional da Canção no Maracanzinho do Rio, interpretando “Savieiros”, de Dori Caymmi e Nelson Motta, e se apresentou ao lado do segundo marido, Gilberto Gil, no III Festival de Música Brasileira (TV Record), em 1967, com a canção de autoria dos dois, “Bom dia”.

Dai para frente continuou a encantar os ouvintes com suas interpretações poderosas, de voz no mesmo tom do pai e irmãos, mas extremamente feminina, cheia de sentimento e profundidade, colecionando prêmios, como o Troféu Villa-Lobos de Melhor Cantora do Ano, oferecido pela Associação Brasileira de Produtores de Discos, em 76, e apresentando-se ao lado dos maiores nomes da nossa música.

Seu timbre incomparável soou como ninguém, além do repertório de Caymmi, canções de todos os grandes compositores brasileiros, como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Milton Nascimento, Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso, Roberto Carlos, Fernando Brant, Paulo César Pinheiro. Sua interpretação de “Resposta ao tempo”, de Cristóvão Bastos e Aldir Blanc, assim como tantas outras canções, são algumas das mais belas páginas musicais de todos os tempos e lugar.

Seu último trabalho foi um álbum só com músicas de Tom Jobim e Vinícius de Moraes lançado durante a pandemia, em 2020.

A nós, resta-nos ficar com seu canto e homenagear a beleza de sua arte que revela o melhor do Ser Humano.

ANA LUCIA



Ex-Botafogo, atacante Luis Henrique atua hoje pelo Zenit, da Rússia

Brasil e Rússia anunciam partidas amistosas das seleções em Moscou

A seleção da Rússia convidou a brasileira para disputar dois amistosos em Moscou, e o convite foi aceito. As informações são do programa Galvão e Amigos, realizado na última segunda-feira (5), que teve acesso com exclusividade a uma carta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

A diretoria de seleções será mobilizada para trabalhar em torno da realização do referido jogo”, escreveu a CBF no documento. “Acreditamos que a colaboração entre a Confederação Brasileira de Futebol e a União Russa de Futebol será fundamental para estreitar laços e engrandecer ainda mais o ecossistema do futebol mundial”.

A CBF comunicou aos russos que o calendário da Seleção estará disponível entre os dias 6 a 14 de outubro de 2025 e 10 a 18 de novembro de 2025.

Várias organizações esportivas internacionais, incluindo a UEFA e a FIFA, proibiram equipes russas, incluindo a seleção nacional, de participarem de torneios após a escalada do conflito na Ucrânia em 2022. No entanto, a seleção russa continua disputando amistosos contra países de todo o mundo como Sérvia, Cuba, Quênia e Qatar.

Linha privatizada do Metrô-SP opera sem sensores que evitariam esmagamento e morte de Lourivaldo

O vão entre o trem e a porta da plataforma das estações da Linha 5-Lilás do metrô, administradas pela concessionária privada ViaMobilidade, não possui sensores de presença, que evitam esmagamento. A tecnologia pode detectar a presença de uma pessoa nesse espaço e impedir que o trem continue viagem.

A indagação veio após o incidente registrado na última terça-feira (6), onde passageiro morreu após ficar preso no vão entre a porta do trem e a da plataforma da estação Campo Limpo. A vítima era Lourivaldo Ferreira Silva Nepomuceno, de 35 anos, que deixou três filhos.

A ViaMobilidade, responsável pela linha, informou que a empresa tem apenas sensores nos trens, para impedir acidentes e que eles partam com as portas abertas. As linhas operadas pela estatal possuem o mecanismo.

As portas de plataforma começaram a ser implantadas em São Paulo em 2010. Hoje, 28 estações das Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata contam com o equipamento, e os sensores em operação. Essas portas criam uma barreira física que



Lourivaldo Ferreira, 35 anos, deixou três filhos

evita quedas no vão, além de bloquear o acesso aos trilhos.

SENSORES SÓ EM 2026

Em entrevista à TV Bandeirantes, a ViaMobilidade afirmou que pretende instalar sensores nos vãos das plataformas até fevereiro de 2026.

“Nossa engenharia já vem trabalhando nesse projeto. E nós teremos até fevereiro de 2026, portanto, nos próximos meses, e agora a tendência é que a gente busque até adian-

tar esse projeto, é a instalação de sensores de presença nesses espaços, entre a porta do trem e a porta da plataforma. Com isso, qualquer objeto, qualquer pessoa, qualquer coisa que esteja ali, será detectado e a porta não fechará”, disse Francisco Pierrini, presidente da empresa, em entrevista à Band.

Antes dos sensores, o presidente afirmou que vai instalar barreiras físicas, como hastes metálicas. Ele afirmou que esse tipo de proteção evitaria a morte de Lourivaldo.

Presidente da FIEB: “Bancos querem que Estado garanta seus privilégios”



Carlos Pereira, autor do livro, e Carlos Henrique Passos, presidente da FIEB



Em ato do 1º de Maio, centrais cobram fim da escala 6x1, isenção do IR e menos juros

As centrais sindicais Força Sindical, CSB, CTB, UGT, Nova Central, Pública e a CUT, que participou como convidada, realizaram o ato do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, nesta quinta-feira, reunindo trabalhadores e dirigentes de diversas categorias no Campo de Bagatelle, na Zona Norte de São Paulo. Sem a presença do presidente Lula, o governo foi representado pelos ministros Márcio Macedo (ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência), Cida Gonçalves (mulher) e Luiz Marinho (Trabalho).

Durante o ato político, os presidentes das centrais ressaltaram as pautas eleitas como prioritárias do movimento sindical, como o fim da escala 6x1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a valorização do salário mínimo.

A mudança da política econômica, com a redução dos juros, também foi pauta durante o evento. Para Adilson Araújo, presidente da CTB, “estamos nesse 1º de Maio num país que já se encontra na condição de estar entre as 10 maiores economias do mundo. O presidente Lula segue ambicionado de promover medidas efetivas para melhorar a vida da gente”, mas, ressalta, “a gente segue patrocinando a maior

taxa de juros no planeta”. “Eu pergunto, alguém aqui elegeu presidente do Banco Central? Está muito claro que ninguém votou no presidente do Banco Central”, apontou.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, afirmou que “é com muita satisfação que voltamos a fazer o 1º de Maio nesse mesmo local. Passamos pela pandemia, passamos por uma crise econômica, passamos uma tentativa de golpe, mas conseguimos resistir, fruto da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical. Mas temos muitos desafios pela frente ainda, muitas coisas a conquistar”, disse, destacando alguns avanços dos últimos anos, como “a lei de igualdade salarial entre homens e mulheres, a retomada e a ampliação da Bolsa Família, que tinha parado, recuperação da participação dos conselhos da República, correção da tabela do Imposto de Renda, reforma tributária e medidas para reduzir o endividamento com o consignado”.

Ricardo Patah, presidente da UGT, falou que “o Brasil está indo bem, crescendo, menor índice de desemprego, mas ainda tem muita gente morrendo de fome, muita gente desalentada. E é para essas pessoas que esse dia de 1º de Maio tem o signifi-

cado da inclusão social, da solidariedade, de um Brasil cidadão”, afirmou.

Em sua saudação, o ministro Márcio Macedo afirmou que o governo assumiu as pautas apresentadas pelas centrais no início do governo, e o “Brasil está caminhando para pleno emprego com geração de renda para a nossa gente”.

Questionado sobre as fraudes no INSS, o ministro também respondeu: “Quem teve que ir para a cadeia, foi. Quem tinha que ser afastado, foi afastado. Quem tinha que ser demitido, foi demitido. O processo vai continuar. Quem tiver que a culpa no cartório, que vai pagar pela sua culpa. O presidente Lula determinou que fosse investigado e punido quem tiver algum tipo de envolvimento. E disse, vocês ouviram, está na imprensa, o dinheiro que foi desviado dos aposentados vai ser devolvido para os aposentados”, ressaltou.

No Rio de Janeiro, as centrais e entidades sociais também se manifestaram na Cinelândia. Presente no ato, a Federação das Mulheres Fluminenses (FMF), representada pela presidente Elza Serra, pela diretora Conceição Cassano, denunciou a política econômica do governo, exigindo “menos juros e mais comida no prato”.

Divulgação

Divulgação

Reprodução/YouTube

Reprodução/YouTube



“Quanto mais juros, menos emprego e menos comida no prato”, denuncia ato no BC

As Centrais Sindicais CUT, CTB, Força Sindical, CSB, UGT e NCST, Intersindical e Pública vão sair às ruas amanhã (6), em ato contra a alta dos juros, nesta semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne com sinalização de mais um aumento na taxa Selic.

O ato acontece na porta do Banco Central, na AV. Paulista, a partir das 10h, e deve reunir, além das lideranças sindicais e trabalhadores, entidades estudantis e organizações da sociedade civil.

De acordo com Centrais, a alta os juros altos tiram recursos da produção e dos investimentos governamentais em políticas públicas, que são repassados para atividades especulativas, gerando impactos negativos diretos na vida da população.

Para Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), “a contrapartida dos juros altos é o sacrifício dos investimentos governamentais em saúde, educação, seguridade, ciência, tecnologia, habitação, saneamento, infraestrutura. O resultado, lógico e inevitável, é o avanço da concentração da renda e da polarização social”.

Segundo Adilson, “a política de juros altos trava o desenvolvimento do país, inibe o consumo e penaliza milhões de trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias, e segue, na contramão, com a maior taxa de juros do mundo”.

“Nenhuma empresa, de nenhum porte, de grande a pequena, consegue um ganho real como ganha quem investe em papéis que remuneram de acordo com a taxa Selic. Isso faz com que o dinheiro não vá para investimentos e para a construção de novas fábricas e empresas que gerem empregos e façam a economia crescer, o dinheiro circular e chegar às mãos do trabalhador”, destaca o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sérgio Nobre.

Conforme o dirigente sindical, a atual taxa de juros no país “é uma verdadeira extorsão aos brasileiros e ao setor produtivo” e “compromete o desenvolvimento sustentável de setores estratégicos e restringe investimentos”.

“A atual política econômica está destoando dos anseios da classe trabalhadora. Elevar os juros nesse momento traz mais incertezas. Se houver uma queda, o Brasil perde outra chance de apostar na produção, no consumo, na geração de empregos, na educação e na saúde pública”, afirma o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

Torres é taxativo: “Os juros continuam sangrando o país”. “Sai presidente do BC, entra outro presidente, e os juros continuam galopantes”, afirma.

“O pagamento de juros, por parte do governo, consome e restringe consideravelmente as possibilidades de crescimento do país, bem como os investimentos em educação, saúde e infraestrutura, entre outros”, diz Torres.



Manifestantes ocupam a Paulista no 1º de Maio contra escala 6x1

Nesta quinta-feira, primeiro de maio, milhares de trabalhadores marcharam pela Avenida Paulista pelo fim da escala 6x1. A passeata, que contou com aproximadamente 15 mil pessoas, foi convocada pelo Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), e reuniu entidades sociais, torcidas antifascistas e sindicatos.

A deputada federal Erika Hilton (PSOL), autora da proposta que propõe o fim da escala, esteve no ato da Paulista e destacou a importância de uma jornada de trabalho que garanta a dignidade do trabalhador brasileiro.

“Estamos aqui na Avenida Paulista, levando para a cidade de São Paulo, mas também em todo o Brasil, onde foram convocados atos, a mensagem de que o Brasil é obsoleto na sua jornada de trabalho e que outros países do mundo já avançaram com redução das jornadas, olhando, obviamente, para todos os setores, convocando o conjun-

to da sociedade para construir esse debate com a gente, mas nós precisamos garantir que o trabalhador brasileiro, aquele da escala 6x1, possa ter tempo de viver para além do trabalho”, disse a parlamentar.

Nascido da luta dos trabalhadores pela redução de jornada e melhores condições de trabalho, o Dia do Trabalhador volta a se tornar pauta central dos atos e manifestações.

“Os dados e as pesquisas apontam que quase 70% da população brasileira concorda com a diminuição da jornada de trabalho [...] O debate de que a redução da jornada vai destruir a economia foi usado para abolição da escrivatura, para a licença-maternidade, para as férias, para o 13º. Tudo isso aconteceu e a economia segue de pé e firme”, afirmou a Erika.

Os manifestantes caminharam até a frente do prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).



Evento na Federação das Indústrias do Estado da Bahia debateu o desenvolvimento do país

Convocados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), por recomendação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), cerca de 50 dirigentes de sindicatos patronais da Bahia se reuniram para debater a proposta de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e de um pacto nacional pela reindustrialização do Brasil.

As propostas foram apresentadas pelo jornalista da Hora do Povo Carlos Pereira, e constam do livro “Produção versus Rentismo”, publicado com apoio da CTB (Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil) e da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

O ato foi presidido pelo presidente da Federação da Indústria da Bahia, Carlos Henrique, para quem “os bancos não aprenderam a investir na produção. Se baixar os juros, eles receiam quebrar”.

“Recebi uma provocação do presidente da CNI para discutirmos o livro do Carlos Pereira, que tem muito a ver conosco. O confronto ‘produção e rentismo’ é um debate recorrente entre nós”.

“Carlos se dedicou a escrever sobre isso e quero oportunizar essa discussão”. Segundo Henrique, “às vezes, tentam nos convencer a pensar que os juros têm que aumentar. Não faltam argumentos, seja qual for o motivo”.

“O presidente Ricardo Alban (da CNI) sempre diz que faz parte da doutrinação não considerar os juros como custo para determinar o déficit primário. Agora mesmo, o governo nos convocou para avisar que as contas de 2026 e 2027 não vão fechar. Vai cortar em Educação e Saúde. Sempre ficam à margem dessa discussão os custos financeiros. Convivemos com governos que se dizem opostos, mas, infelizmente, as coisas pouco mudam. Quem sabe com fatos como esse a gente consiga sair dessa marra doutrinária”, completou.

Comparando com o tratamento do Estado à indústria, Carlos Henrique afirmou que “os bancos não quebraram porque fizeram o Proer [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional]. Nossas empresas não têm Proer. Quebram todo dia. E mais, o sistema bancário coloca o risco no preço”, em sua opinião.

Para ele, a situação não tem paralelo no mundo. “No Brasil a dívida é um pouco mais de 80% do PIB, gasta 6% de juros reais. A Argentina é 150%, gasta 2%; Quem vai pagar essa conta?”.

Henrique contou que, numa entrevista do presidente do Bradesco, no Valor Econômico, ele pareceu estar acima de tudo. “A disputa tarifária Brasil / EUA preocupa a gente. Chegam aqui os excedentes de produção para competir com os nossos produtos. E claro, vamos dizer que é o custo Brasil, que é isso, que é aquilo. Mas um banco não tem esse problema. Conseguiu essa mágica. A noite, avalia a quem e se vai emprestar ou não. Isso não está só nos bancos, está na sociedade. Veja esses fundos de aposentadoria. Não aprenderam a investir na produção. Se baixar os juros eles quebram”.

“O rentismo está impregnado na sociedade. Tem também que ver se o Brasil investe para gerar renda e produção. Aqui é o berço da produção”, concluiu.

O evento contou com a participação de Deividson

Magalhães, ex-secretário do trabalho e ex-deputado federal. Estiveram ainda presentes o dirigente sindical metalúrgico, representando a CTB, Paulo Bonfim, Aurino Pedreira, presidente da Federação dos Metalúrgicos da Bahia, Nilton Vasconcelos, ex-secretário do trabalho.

“É um momento histórico muito importante que nós estamos vivendo. Eu quero, nessa oportunidade, registrar a mudança importante que teve na CNI, com a chegada do Alban”, declarou Davidson Magalhães. “Eu posso testemunhar: entrou na pauta da Câmara Federal acabar com a taxa de juros de longo prazo do BNDES. Por incrível que pareça, a CNI foi a favor de acabar a taxa para os investimentos de capital, através do banco do BNDES”.

“Parabéns, tanto à FIEB como à CNI, por estarem vanguardando esse debate. Eu acho muito importante mobilizar esse setor industrial dos empresários para esse debate com os trabalhadores, porque esses dois setores têm interesse nisso”, avaliou. “Nós precisamos formar um grande pacto nacional como levantou o Carlos, de fazer um debate intenso na sociedade, porque nós precisamos superar a hegemonia desse pensamento macroeconômico que não vai levar o Brasil a lugar nenhum”, afirmou Davidson.

Para o ex-secretário baiano, “tudo o que a gente falava de apoio à indústria, políticas de proteção, tudo isso que, ao longo da história da economia mundial, sempre se consolidou, aqui era tratado como ideias do passado. Agora, estão esquecendo de falar nisso, por conta de que isso está vindo dos Estados Unidos”.

Para Davidson, “grande parte do debate acadêmico era que a indústria tinha acabado, que nós vivíamos em uma sociedade pós-industrial. Quando, na verdade, os métodos industriais invadiram os serviços e a agricultura. Hoje nós estamos vivendo uma hiperindustrialização. A indústria não é só o espaço fabril da Primeira e da Segunda Revolução Industrial. É um método de produtividade do trabalho, que vai invadir a agricultura, os serviços. Os métodos de economia, do trabalho direto, o investimento em tecnologia. Essa questão do processo de industrialização é fundamental para termos um plano de desenvolvimento nacional. Não tem desenvolvimento sem indústria, não tem desenvolvimento tecnológico sem indústria”, asseverou.

Segundo o ex deputado, “o agronegócio não chegou a ser agronegócio sem a participação do Estado. Participação forte de investimento público. Não paga o imposto, tem investimento público pesado. Com a Embrapa, tem um processo tecnológico bancado pelo Estado. E esses caras são contra o Estado. Ou seja, quando o Estado é útil, é bom. Agora, para a indústria não pode ter isso, para os setores de desenvolvimento não pode ter isso”, ironizou.

Magalhães ressaltou que não tem nenhum capitalismo sem Estado. “Estado forte! Em 1980, Carlos levantou aqui um dado, em 1980 as exportações brasileiras de manufaturados eram maiores do que a da China, Coreia e Taiwan”, juntas.

O que deu errado de lá para cá? Para Davidson, “foi o Consenso de Washington no Brasil. Os países asiáticos não entraram nessa barca. Olha o resultado que está aí, não se desindustrializaram”.

Kiev assina entrega neocolonial das riquezas minerais ucranianas



Claudia Sheinbaum adverte Donald Trump
Presidente do México a Trump:
“Jamais aceitaremos o exército dos EUA em nosso país”

“Jamais aceitaremos a presença do exército dos Estados Unidos em nosso território”, afirmou a presidente Claudia Sheinbaum, ao admitir que seu homólogo dos Estados Unidos, Donald Trump, ofereceu em mais de uma ocasião enviar soldados dos EUA ao território mexicano para combater atividades do narcotráfico.

“Ontem, o The Wall Street Journal noticiou que o presidente Trump, em algumas ligações me disse que era importante que as Forças Armadas dos Estados Unidos entrassem no México para nos ajudar na luta contra o narcotráfico”, afirmou Claudia durante a inauguração de um campus da Universidade Benito Juárez, no Lago Texcoco, no sábado (3).

“É verdade, em algumas ligações [...] ele disse: ‘como podemos ajudar na luta contra o narcotráfico? Proponho que o Exército dos EUA entre [para apoiá-los]’. E sabem o que eu [respondei]? ‘Não, presidente Trump, o território é inviolável, a soberania é inviolável. A soberania não se vende. A soberania se ama e se defende’.

A presidente acrescentou que “não há necessidade; podemos colaborar; podemos trabalhar juntos, mas vocês no seu território, nós no nosso. Podemos compartilhar informações, mas jamais aceitaremos a presença do exército dos Estados Unidos em nosso território”.

“Se você quiser nos ajudar, presidente Trump, ajude-nos a impedir que armas dos Estados Unidos entrem no México. E veja como são as coisas, ontem ele deu uma ordem para que houvesse tudo o que for necessário para impedir que armas dos Estados Unidos entrem em nosso país. Em outras palavras, podemos colaborar, podemos cooperar”, frisou.

“COOPERAÇÃO SIM, SUBORDINAÇÃO NÃO!”

“Cooperação sim, subordinação não”, enfatizou a presidente. “Eu sempre defendo a soberania do México. O México é um país livre, independente e soberano. É isso que o povo mexicano quer, e é isso que a presidente da República sempre defende. Essa é a grandeza do México”, concluiu.

Com o argumento de coibir tráfico de drogas nos Estados Unidos, bem como a chegada de milhares de imigrantes ilegais, Donald Trump ameaçou impor uma tarifa de 25% ao México e ao Canadá até que eles tomassem medidas sobre o assunto.

A medida foi suspensa por um mês em fevereiro graças a atitude firme da presidente mexicana. “Que se ouça claramente, que se ouça longe: o México não é colônia de ninguém, não é protetorado de ninguém, o México é um país livre, independente e soberano”, disse em resposta às provocações de Trump.

Em março, a medida foi restabelecida e, após nova rodada de negociações, decidiu-se excluir do imposto os produtos abrangidos pelo acordo comercial EUA-Canadá-México (USMCA, na sigla em inglês).

China emite títulos para subsidiar consumo e fazer crescer a economia do país

Fazendo frente à incerteza geopolítica em que o mundo se encontra no momento, o governo da China intensifica investimentos em infraestrutura e setores atingidos pela guerra tarifária com objetivo de estabilizar a economia do país.

Enquanto países capitalistas usam da austeridade como solução para todos seus problemas econômicos, o governo socialista chinês investe em sua própria indústria, infraestrutura e no próprio povo.

Este ano, China pretende fazer ajustes em favor do crescimento, aumentando o déficit/PIB para 4% e estabelecendo o déficit do governo em 5,66 trilhões de yuans (cerca de \$786 bilhões de dólares), os níveis mais altos nos últimos anos.

Eles irão emitir neste ano 1,3 trilhão de yuans em títulos especiais do tesouro de longo prazo, superando a emissão de 1 trilhão de yuans do ano passado. Mais 4,4 trilhões de yuans em títulos para fins especiais para uso dos governos locais.

Nos primeiros três meses do ano, a emissão total de títulos do tesouro ultrapassou 3,3 trilhões de yuans. Emissões dos governos locais ultrapassaram 2,8 trilhões de yuans. Um aumento de 80% se comparado com o mesmo período no ano passado.

O governo chinês está

investindo esses fundos para incentivar o comércio doméstico, em sua infraestrutura e como subsídios para pessoas em situação de dificuldade. Essas medidas buscam a estabilidade econômica com base no crescimento deixando espaço para futuros ajustes com novas emissões de títulos do Tesouro e futuro apoio de capital para os bancos ao final do ano.

Na parte de infraestrutura, a China está construindo um centro ferroviário em Zhanjiang. No primeiro trimestre deste ano, já foram gastos cerca de 1,8 trilhão de yuans em títulos locais no que vai ser um importante centro ferroviário para a região.

O investimento em infraestrutura cresceu 5,8% neste ano, comparado com 2024, e o investimento de ativos fixos aumentou 4,2% em 2025.

Em relação ao comércio, a China está fazendo programas de financiamento público para consumidores, somente neste ano foram financiados cerca de 300 bilhões de yuans através dos títulos do tesouro de longo prazo.

“Além dos subsídios do governo, os clientes podem obter descontos dependendo da condição das bicicletas antigas”, disse Zhou Houlu, dono de uma loja de bicicletas elétricas em Guiyang. Sua loja faz um programa de troca financiado pelo governo, aumentando suas vendas em 15% este ano.



Trump e Zelensky em um encontro de vigaristas para acertar pilhagem de minérios

Após 2 meses sem comida entrar em Gaza, EUA diz que esfomear os palestinos é “defesa de Israel”

No terceiro dia de audiências da Corte Internacional de Justiça em Haia, que examina as obrigações humanitárias legais de Israel na Palestina ocupada a pedido da Assembleia Geral da ONU, após a proibição, por Israel, da atuação da Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês) e dois meses de bloqueio total à entrada de comida em Gaza, um representante dos Estados Unidos, na contramão dos demais expositores, saiu em defesa do “direito” de Israel matar de fome os palestinos em Gaza e de proibir a UNRWA.

A UNRWA foi criada em 1949 por decisão da Assembleia Geral da ONU, como resposta à Nakba, a expulsão forçada de palestinos de suas terras ancestrais, sendo a principal fonte de apoio humanitário para cerca de 5,9 milhões de refugiados palestinos na Palestina ocupada e nos países vizinhos, e sua principal linha de vida em matéria de comida, água, educação, assistência médica e combustível.

Opondo-se aos argumentos da principal autoridade jurídica da ONU e de outros 12 países que já falaram, o consultor jurídico do Departamento de Estado, Joshua Simmons, asseverou que o direito internacional “não impõe nenhuma obrigação incondicional a uma potência ocupante” com relação à assistência humanitária fornecida pela ONU, organizações internacionais e terceiros Estados.

No momento em que Israel há dois meses deixa a



ONU alerta contra tragédia humanitária da fome em Gaza

população civil sem alimentos, água, remédios ou combustível – isso depois de mais de 52 mil civis assassinados, um genocídio transmitido em streaming ao mundo horrorizado –, Simmons ousou alegar que o Artigo 59 da Quarta Convenção de Genebra de 1949, sobre obrigações humanitárias de uma potência ocupante, “não impõe um dever absoluto de permitir alívio à população sob seu controle”.

O porta-voz do país que fornece as bombas de 1 tonelada com que Israel comece o genocídio questionou a “imparcialidade” da agência de refugiados palestinos da ONU, usando como pretexto acusações não comprovadas de Israel de que “pessoal da UNRWA” teria participado do ataque de 7 de outubro ou suas “instalações usadas”.

Para ele, “Israel não tem obrigação de permitir que a UNRWA forneça assistência humanitária especificamente”.

Um inquérito da ONU publicado em abril do ano passado rechaçou as alegações de Israel, enfatizando que

não encontrou evidências de irregularidades por parte da equipe da UNRWA, que Israel não respondeu aos pedidos de nomes e informações e que “desde 2011” jamais informou sobre “quaisquer preocupações concretas relacionadas à equipe da UNRWA”.

De acordo com o mais recente relatório da agência da ONU que Israel tenta fechar, desde outubro de 2023 Israel matou pelo menos 290 funcionários humanitários e realizou pelo menos 830 ataques às instalações da agência e às pessoas que se abrigavam nelas.

Em resposta, o embaixador palestino Ammar Hijazi, assinalou que a intervenção dos EUA havia destacado “os direitos de uma potência ocupante, mas ignora as tantas camadas de deveres dessa potência ocupante que Israel está violando”.

“Todo mundo sabe que Israel está usando a ajuda humanitária como arma de guerra e está matando de fome a população em Gaza por causa disso”, ele acrescentou.

Putin nomeia aeroporto de Volgogrado de Stalingrado “em memória à vitória soviética sobre o nazismo”

O presidente russo Vladimir decreto que devolveu ao aeroporto internacional de Volgogrado o nome histórico Stalingrado, medida que visa “perpetuar a Vitória do povo soviético na Grande Guerra Patriótica de 1941-1945”. O decreto foi assinado às vésperas das comemorações dos 80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica sobre o nazismo.

“Para comemorar a vitória do povo soviético na Grande Guerra Patriótica de 1941-1945, resolvo atribuir o nome histórico ‘Stalingrado’ ao Aeroporto Internacional de Volgogrado”, diz o decreto assinado por Putin na terça-feira (29).

A iniciativa de dar à instalação “um nome verdadeiro, orgulhoso e heróico” pertence aos veteranos e participantes da operação militar especial, disse o governador local Andrei Bocharov durante uma reunião com Putin realizada algumas horas antes na cidade heróica.

“Bem, a palavra deles foi para mim. É isso que faremos”, disse Putin. Em paralelo, a Corpo-



Estátua “Mãe Pátria Chama” em colina de Volgogrado

ração Russa de Gerenciamento de Tráfego Aéreo informou que, entre os dias 8 e 10 de maio, os nomes históricos de Leningrado e Stalingrado serão temporariamente reintroduzidos para se referir, respectivamente, às cidades de São Petersburgo e Volgogrado, em uma medida simbólica que remete ao período da Segunda Guerra Mundial.

Sob a falsificação perpetrada por Nikita Krushchev e seu “informe ao 20º Congresso do PCUS”, o legado de Stalingrado foi enovado e a então União Soviética foi apartada daquele que liderou a construção do socialismo e encabeçou a luta da humanidade

contra o nazismo, ao lado de Roosevelt e Churchill. Experimento revisionista que acabou dando em Gorbachev e Yeltsin e, antes, levava a tirar o nome heróico Stalingrado, símbolo maior da resistência à barbárie hitlerista, para o anônimo “Volgogrado”.

Segundo o jornal Vzglyad, um conselho foi criado para estudar a opinião dos moradores sobre a mudança do nome de Volgogrado para Stalingrado. A restauração do nome de Stalingrado tem sido repetidamente pedida por patriotas russos, e especialmente pelo presidente dos comunistas russos, Gennadi Zyuganov, visando resgatar a verdade histórica.

O regime de Kiev assinou em Washington acordo que entrega as riquezas naturais ucranianas aos EUA, de natureza colonial tão óbvia que mereceu comparações à exploração do Congo pela Bélgica no século XIX

Partiu do próprio presidente de validade vencida Volodymyr Zelensky o oferecimento das riquezas naturais ucranianas aos EUA no ano passado, ainda nos tempos de Biden, em seu afã por mais armas e dinheiro norte-americano para esticar a guerra para ser anexado à Otan.

Depois de idas e vindas, e do bate-boca de Trump e Zelensky no salão oval da Casa Branca, o acordo foi finalmente rubricado na quarta-feira (30) em Washington pelo secretário do Tesouro, Scott Bessent, e pelo ministro da Economia da Ucrânia, Yulia Sviridenko.

Segundo comunicado do Departamento do Tesouro norte-americano, o acordo prevê a criação do Fundo de Investimento e Reconstrução EUA-Ucrânia “em reconhecimento ao significativo apoio financeiro e material que o povo americano forneceu à defesa da Ucrânia”, a ser formado supostamente em uma base 50/50.

Na verdade, trata-se de uma declaração política através da qual Kiev proclama essa entrega da riqueza mineral, cujos detalhes sórdidos ficam por conta do Acordo de Parceria Limitada, que aparentemente conterá os termos de operação do Fundo, os privilégios das empresas norte-americanas e outros nuances, e regulará o acordo de minerais.

Parte da mídia imperial comemorou o acordo como tendo assegurado aos EUA o acesso a minerais como manganês, titânio, lítio, urânio, ferro e zircônio, às chamadas terras raras (imprescindíveis na alta tecnologia e das quais Washington depende quase inteiramente da China), além de petróleo, gás e carvão.

Ainda segundo o Escritório Francês de Pesquisa Geológica e de Mineração, a Ucrânia tem cerca de 20% das reservas mundiais de grafite, um material essencial para baterias elétricas, escreve a France 24. Conforme a Casa Branca, o fundo criado pelo acordo receberá 50% dos royalties, taxas de licença e outros pagamentos semelhantes de projetos de recursos naturais na Ucrânia. Esse dinheiro será investido em novos projetos no país. “A medida que novos projetos forem identificados, os recursos do fundo poderão ser rapidamente alocados para o crescimento econômico” na Ucrânia, disse a Casa Branca.

Há o pequeno inconveniente de que boa parte dessas reservas minerais está localizada no Donbass, que já votou pela reunificação com a Rússia, e com as tropas russas a cada dia se aproximando de libertar o que ainda resta de território sob controle dos neonazistas.

Um articulista da agência de notícias russa RIA-Novosti, ironizou o “maior acordo de todos os tempos” dizendo lembrar um jogo entre dois vigaristas, um dos quais ganhou com cartas marcadas e o outro pagou com dólares falsos.

Sobre o que é o acordo, a RIA-Novosti registra que “a gangue de Kiev, depois de endireitar os ombros, manteve-se em silêncio sobre o fato de que, no âmbito do acordo aberto, são os EUA que determinarão quem e em que condições tem o direito de perfurar, cavar e bombear na Ucrânia; os EUA recebem direitos prioritários para extrair minerais estrategicamente importantes no território da Ucrânia, incluindo petróleo, gás, urânio, lítio, elementos de terras raras, ouro e outros recursos valiosos; os EUA terão a primeira reivindicação sobre os lucros transferidos para o fundo conjunto; os EUA não investem um único centavo do orçamento do Estado, mas têm o direito de retirar os lucros recebidos da Ucrânia; as empresas americanas recebem enormes preferências fiscais e proteção contra quaisquer mudanças na legislação ucraniana, bem como prioridade na obtenção de licenças; e aqui está uma linda: ‘A Ucrânia se compromete a não revogar licenças, não nacionalizar recursos e seguir rigorosamente os acordos com parceiros americanos, independentemente de mudanças na

legislação ou nas autoridades’. Como resultado, o acordo ‘igual e justo’ terá superioridade legal sobre todas as leis e a constituição ucranianas, semelhante à era das conquistas coloniais.”

Também as futuras entregas de armamento norte-americano ao regime de Kiev serão contabilizadas nos 50% do Fundo referentes aos EUA. Segundo o jornal britânico Independent, a parte americana do Fundo é totalmente isenta de impostos. Também não haverá tarifas sobre a exportação de minerais ucranianos para os Estados Unidos.

De acordo com a Reuters, a inclusão da infraestrutura de gás da Ucrânia, anteriormente prevista, acabou ficando de fora da versão final, assim como a ‘dívida’ citada por Trump de US\$ 100 bilhões em armas já entregues.

Mesmo em Washington há questionamentos se o acaque vai efetivamente funcionar. “Há muita propaganda enganosa sobre os minerais de terras raras da Ucrânia, mas, na verdade, o país não possui muitos. Do que possui, a maior parte está no terço oriental da Ucrânia (ou seja, sob controle russo)”, observou o Atlantic Council.

“Assinar um acordo que garante uma parte dos lucros futuros dos ‘minerais’ não protege os EUA e as empresas americanas da situação do mercado global (dominado pela China)”, assinalou o Royal United Services Institute (RUSI).

PROFANAÇÃO

A recente exumação dos restos mortais de soldados soviéticos no complexo da Colina da Glória, em Lviv, na Ucrânia, é uma “violação e profanação blasfema da memória dos ancestrais soviéticos e dos seus próprios antepassados, algo especialmente grave no ano do 80º aniversário da vitória sobre o nazifascismo”, afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova.

“O que são 80 anos de Vitória? São 80 anos de paz que não conheceram a Terceira Guerra Mundial. E neste ano de aniversário, [Zelensky] começa a zombar da memória de seus próprios ancestrais com particular cinismo e crueldade”, declarou Zakharova, condenando o que classificou como uma demonstração da “absoluta natureza anti-humana” do regime fantoche de Washington. “Esta data está recebendo cada vez mais atenção até mesmo nos países que não faziam parte da coalizão anti-Hitler na época”, observou.

O Ministério das Relações Exteriores solicitou ao governo de Kiev, tomado por nazifascistas, que abandone definitivamente as tentativas de falsificar a história e privar os ucranianos da vitória na Grande Guerra Patriótica, vencida graças aos esforços de todos os povos da antiga União Soviética.

O desmantelamento de monumentos e a exumação de túmulos do Exército Vermelho no complexo, onde estão enterrados mais de 200 soldados soviéticos mortos na Primeira Guerra e na Segunda Guerra Mundial, incluindo combatentes que libertaram a cidade dos nazistas em 1944, é inaceitável, frisou a diplomata.

Em janeiro, o comitê executivo da prefeitura autorizou a transferência do memorial e a exumação dos restos mortais para posterior reenterro, o que, precisamente neste ano, é um acinte pela transcendência da data.

Entre os restos, está o túmulo do lendário agente soviético Nikolai Kuznetsov, que atuou em territórios ocupados pela Alemanha de Hitler e morreu em março de 1944 lutando contra os partidários de Stepan Bandera, braço armado do nazismo na Ucrânia. Com Bandera à sua frente, foram cometidos crimes de guerra terríveis, crimes contra a paz e à humanidade, incluindo campos de concentração, destruição de populações e assentamentos, e muito mais.

China lança primeira rede 10G e dispara na liderança de infraestrutura digital

A China inaugurou oficialmente a primeira rede comercial de banda larga 10G do mundo, uma parceria entre a operadora estatal China Unicom e a gigante chinesa da alta tecnologia, Huawei, usando a tecnologia 50G-PON (Rede Óptica Passiva) e consolidando seu status de líder global na infraestrutura digital.

A rede foi implantada na cidade de Xiong'an, na província de Hebei, próxima a Pequim. O projeto faz parte do plano estratégico do governo chinês para transformar Xiong'an em um laboratório de inovação tecnológica e em uma metrópole sustentável. A iniciativa, chamada Digital China, tem como meta instalar uma rede óptica 10G em cerca de 100 regiões da China até 2025.

Os testes iniciais registraram velocidades de até 9.834 megabits por segundo (Mbps) para downloads, 1.008 Mbps para uploads e latência inferior a três milissegundos.

Com a nova rede 10G, em apenas 20 segundos se baixa um filme em 4K de 20 GB, que demoraria entre 7 e 10 minutos em uma conexão padrão de 1 Gbps.

As características de velocidade, estabilidade e baixa latência tornam a rede 10G apta a suportar aplicações de alta demanda, da realidade virtual e aumentada a veículos autônomos, e ainda operações industriais automatizadas, agricultura de precisão e telemedicina.

A rede 10G de Xiong'an faz parte de um plano mais amplo de modernização digital anunciado pelo Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT), que inclui projetos-piloto em regiões estratégicas, priorizando a instalação de redes ópticas de ultra-alta velocidade em comunidades residenciais, parques industriais e fábricas.

Há um ano, a China já havia inaugurado – em uma parceria da China Telecom com o governo do distrito de Yangpu, em Xangai – a primeira “Comunidade de Demonstração de Banda Larga em Nuvem 10G”, também baseada na tecnologia 50G-PON. A adoção dessa tecnologia permite alcançar as novas velocidades sem a necessidade de substituir toda a infraestrutura de fibra óptica existente, reduzindo custos e acelerando a implementação.

Espera-se que a nova rede 10G impulse inovações em setores estratégicos, da saúde à indústria. Em medicina, deverá viabilizar mais precisão em diagnósticos e cirurgias remotas. Na indústria, nos processos de automação e inteligência artificial. A nova rede é especialmente vantajosa para a agricultura, pois permite o monitoramento em tempo real da qualidade dos produtos e o gerenciamento remoto da produção, acelerando o processo de digitalização das empresas.

Leia a íntegra no site da Hora do Povo

Política desastrosa de Trump derruba PIB norte-americano



Trump tenta se safar da derrapagem no seu 1º trimestre culpando Biden

“A força dos trabalhadores é responsável pelo sucesso da China”, declara Xi Jinping

Com a presença do presidente da China, Xi Jinping, 1.670 trabalhadores foram homenageados como modelos nacionais e 756 foram reconhecidos como indivíduos exemplares.

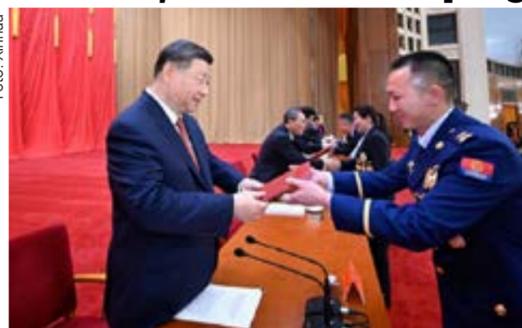
A cerimônia foi realizada no Grande Salão do Povo em Pequim. Xi Jinping, enfatizou a importância dos sindicatos e afirmou que a classe trabalhadora é a grande responsável pelo sucesso do país.

Durante o evento que celebrou o centenário da fundação da Federação Nacional dos Sindicatos da China, Xi, destacou a necessidade de reunir a força dos trabalhadores para impulsionar o grande projeto de rejuvenescimento da nação chinesa.

Em nome do PC chinês, parabenizou os homenageados e estendeu suas felicitações aos trabalhadores, agricultores, intelectuais, além do povo trabalhador de todos os grupos étnicos, bem como aos sindicatos e seus funcionários em todos os níveis em referência ao Dia Internacional do Trabalhador. Xi apontou que a Confederação Nacional dos Sindicatos da China escreveu um capítulo magnífico no movimento dos trabalhadores nos 100 anos, desde sua fundação.

“Não importa como as condições históricas e os grupos sociais evoluam, o status e o papel da classe trabalhadora na China, o princípio fundamental de confiar plenamente na classe trabalhadora, assim como a natureza e as funções dos sindicatos do país não podem ser abafados”, observou Xi.

“Desde o 18º Congresso Nacional do PCC em 2012, os sindicatos em todos os níveis se uniram e mobilizaram os trabalhadores em massa para fazer



Xi Jinping entrega certificados de trabalhadores modelo nos 100 anos da Federação dos Sindicatos da China

contribuições significativas para a realização da construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos, conforme programado, e para o avanço da modernização chinesa”, prosseguiu. Ele destacou que, ao longo do século passado, a conquista mais significativa na inovação teórica e no desenvolvimento prático da causa do movimento dos trabalhadores do Partido foi a formação do caminho de desenvolvimento do sindicato socialista com características chinesas.

“Na jornada da nova era, é imperativo concentrar-se na promoção do desenvolvimento de alta qualidade e motivar o povo trabalhador em massa a lutar por conquistas e ser inovador e criativo”, acrescentou o presidente chinês.

Segundo Xi, é essencial aproveitar a mais recente revolução científica e tecnológica e a onda de transformação industrial, além de impulsionar de forma

abrangente a qualidade da força de trabalho do país.

Ele convocou os dirigentes do PCC a manter e promover ainda mais o respeito pelos trabalhadores, pelo espírito de trabalho e pelo artesanato, e a concentrar no avanço da prosperidade comum e melhorar constantemente o bem-estar do grande número de funcionários e povo trabalhador.

Xi chamou a toda a sociedade a aprender com os trabalhadores modelo e indivíduos exemplares, promovendo suas excelentes qualidades.

Em um novo e histórico ponto de partida, os sindicatos em todos os níveis precisam promover o desenvolvimento de alta qualidade de seu trabalho, observou.

Os comitês do Partido em todos os níveis devem fortalecer e melhorar sua relação com os sindicatos, estudar e abordar prontamente as principais questões no trabalho sindical e criar condições favoráveis para que os sindicatos desempenhem ainda melhor as suas funções, acrescentou.

Australianos repelem nas urnas clone de Trump e reelegem o trabalhista Albanese

Os australianos repudiaram no sábado (3) nas urnas um clone de Trump, Peter Dutton, e reelegeram o trabalhista Anthony Albanese, resultado, segundo a CNN internacional, “surpreendente, não por causa de quem ganhou, mas pela escala da vitória”.

O resultado repete o efeito bumerangue anti-Trump, pós-tarifação, já presenciado na semana passada no Canadá. No início do ano os trabalhistas vinham caindo nas pesquisas mas Albanese acaba de se tornar o primeiro-ministro australiano reeleito em 20 anos e seu partido obteve pelo menos 87 de 150 mandatos de deputado.

Albanese condenou as tarifas de Trump como um ato de “autossabotagem econômica” e “não condizente com o de um amigo”.

Apoiadores eufóricos do Partido Trabalhista brindaram com cervejas artesanais estampadas com o rosto de Albanese em uma festa em Sydney, entoando o apelido “Albo” enquanto os resultados eram anunciados na TV.

Ex-policial e ex-ministro da Defesa australiano em um governo de coalizão anterior,

Dutton fez uma campanha do gênero “Make Australia Great Again”, permeada de apelos anti-China e a rearmar a Austrália, promessas de reduzir o número de servidores públicos, arrematando anti-imigração e racismo explícito contra os aborígenes.

“TEMU TRUMP”

Até foi ironicamente apelidado de “Temu Trump”, em referência a um mercado chinês online de baixo custo. Sequer se reeleger deputado, perdendo um mandato parlamentar de duas décadas.

Ele ganhou notoriedade ao encabeçar a campanha, aliás vitoriosa, contra o referendo, proposto pelo governo Albanese, para reconhecimento constitucional dos aborígenes australianos, que cnicamente acusou de “divisivo”, por “favorecer” um grupo [os “índios”] em “detrimento” de outro. Ou seja, dos colonos ingleses e seus descendentes; os aborígenes, população originária australiana, praticamente não têm direitos.

Na única vez que Dutton divergiu de Trump, foi para insistir que a Austrália deveria fornecer armas para a Ucrânia.

No debate final entre os candidatos, Dutton designou a China como “a maior ameaça à segurança nacional da Austrália” e alegou que “a única maneira de preservar a paz é se preparar para a guerra.” Note-se que a China é o principal parceiro comercial da Austrália, responsável por um terço de suas exportações.

Em outra ocasião, Dutton se referiu a Trump como “um grande pensador” no cenário global. “Quer dizer, o Donald Trump é mais louco que uma cobra cortada, e todos sabemos disso”, comentou o eleitor Alan Whitman, de 59 anos, antes de votar no sábado. O voto é obrigatório e anda pela casa dos 90%.

Durante a campanha, a senadora que ele escolheu para se tornar ministra para a eficiência do governo – uma cópia do Doge de Elon Musk – explicitou que a ideia era “tornar a Austrália grande novamente”.

Leia mais no site do HP

Após a divulgação dos dados com a queda de 0,3% do PIB no 1º trimestre, os principais índices de Wall Street registravam queda em meio ao aumento das preocupações com o impacto econômico das políticas tarifárias de Trump

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos teve queda de 0,3% em taxa anualizada no primeiro trimestre, após aumentar 2,4% nos últimos três meses de 2024, de acordo com dados preliminares do Departamento do Comércio dos EUA divulgados na quarta-feira (30). É a primeira queda do PIB desde o primeiro trimestre de 2022.

O resultado, pior que o inicialmente cogitado, reflete a enorme alta – 41,3% “anualizada” – nas importações, em antecipação à entrada em vigor do tarifaço de Donald Trump e visando parcialmente contorná-lo. Aliás, o pior resultado desde a pandemia.

Como as importações, no cálculo do PIB, são abatidas (por já terem sido computadas como consumo), isso implicou em uma redução do PIB em 4,83 pontos percentuais. Ao se somou a queda dos gastos do governo (-0,25%), impulsionada pelos cortes, demissões em massa e fechamento de repartições sob a batuta do primeiro-bilionário Elon Musk e seu Doge, e anulando a pequena alta de + 0,2% nas exportações.

Essa “taxa anualizada” é computada nos EUA sob a suposição de que a taxa daquele trimestre iria se repetir nos três trimestres seguintes, “anualizando” a comparação. No Brasil e na maioria dos países, a taxa de crescimento é obtida pela comparação da produção de um período imediatamente anterior, ou com igual período do ano anterior.

Como os períodos de crescimentos costumam ser mais frequentes do que os de recessão, essa taxa “anualizada” utilizada pelos EUA permite passar uma impressão exagerada sobre o crescimento efetivo (embora com o inconveniente de que, quando há recessão, amplifica o tombo).

Assim, a alta de 41,3% nas importações, pelo nosso modo de calcular seria em torno de 13,7% – alto, mas não tão assombroso. Após a divulgação dos dados, os principais índices de Wall Street registravam queda na quarta-feira, em meio a aumento das preocupações sobre o impacto econômico das políticas tarifárias de Trump.

Já Trump considera as tarifas como a ferramenta essencial para trazer a indústria de volta aos EUA e para aumentar a receita governamental compensando os cortes de impostos que prometeu na campanha.

Para a Reuters, a confiança do consumidor está próxima dos níveis mais baixos em cinco anos e o “sentimento empresarial” capotou, diante da constatação de que o tarifaço irá aumentar os custos das empresas e das famílias.

O investimento fixo saltou para 1,34% anualizado, acima dos -0,2% no trimestre anterior. O gasto dos consumidores subiu 1,8%, na taxa anualizada, ritmo mais fraco desde meados de 2023. No quarto trimestre de 2024, a alta tinha sido de 4,0%.

Para quem se preocupa com a ameaça de estagnação (estagnação mais inflação alta), o Bureau de Análise Econômica (BEA) registrou que o índice de preços das compras internas brutas aumentou 3,4% no primeiro trimestre, em comparação com um aumento de 2,2% no quarto trimestre.

O índice de preços de despesas de consumo pessoal (PCE) aumentou 3,6%, em comparação com um aumento de 2,4%. Excluindo os preços dos alimentos e da energia, o índice de preços PCE aumentou 3,5%, em comparação com um aumento de 2,6% no trimestre anterior.

“TARIFAS, QUE TARIFAS?”

Após o relatório do BEA, Trump afirmou que a contração da economia americana “não tem nada a ver” com seu tarifaço, e que os índices vão prosperar quando as sobretaxas entrarem em vigor.

“Este é o mercado de ações de Biden, não de Trump”, disfarçou Trump, quando os números são sobre o PIB. “Só assumi em 20 de janeiro. As tarifas começarão a valer em breve, e as empresas estão começando a se mudar para os EUA em números recorde. Nosso país prosperará, mas precisamos nos livrar do ‘peso morto’ de Biden”, escreveu Trump nas redes sociais.

“Isso levará um tempo, não tem NADA A VER COM TARIFAS, apenas que ele nos deixou com números ruins, mas quando o boom começar, será como nenhum outro. SEJAM PACIENTES!!!”, completou.

Já a oposição reagiu ao fiasco no PIB, com o líder democrata no senado, Chuck Schumer, chamando Trump a “reconhecer seu fracasso, mudar de rumo e demitir imediatamente sua equipe econômica”.

Desde sua posse, Trump vem montando seu tarifaço, inclusive alegando que o mundo inteiro “explora os EUA”, começando pelo México, Canadá e China, a pretexto da epidemia nos EUA de fentanyl, e depois o estendendo ao mundo inteiro sob as cinicamente chamadas “tarifas recíprocas”, um “conceito” inventado por sua equipe econômica, e que tem a China como alvo principal.

Trump acabou piscando primeiro, em relação aos produtos eletrônicos provenientes da China, para não abalar a Apple, e com band-aids dirigidos às montadoras americanas, além do recuo de 90 dias para a aplicação das “tarifas recíprocas”, das quais apenas a China foi excluída.

A China denuncia a intimidação e a chantagem, aponta que não há vencedores numa guerra tarifária, mas enfatiza que está pronta para lutar e que, se Trump quer realmente negociar, tem que haver respeito mútuo. Diante do tarifaço norte-americano, que chegou a inacreditáveis 245%, a China reagiu com tarifas de 125%, recusa a receber aviões da Boeing, corte do GNL e da soja dos EUA, além de controle sobre a exportação de terras raras, enquanto defende o sistema multilateral de comércio.

Zelensky imita Hitler com ameaça de ataque a Moscou no dia do Desfile da Vitória

O chefe do regime ucraniano, Vladimir Zelensky, ameaçou neste sábado (3) os líderes mundiais que visitarão Moscou no dia 9 de maio para comemorar os 80 anos da vitória sobre o nazismo.

“Para todos os países que viajarem ou estão viajando para o dia 9 de maio, nossa posição é muito simples: não podemos ser responsabilizados pelo que acontece no território da Federação Russa. Eles lhes proporcionarão segurança e, portanto, não lhes daremos nenhuma garantia”, disse.

Falando a jornalistas, Zelensky ameaçou a segurança dos mais de 20 líderes mundiais que viajarão à capital russa para participar dos eventos do Dia da Vitória. “Acho que, como presidente, e disse ao ministro das Relações Exteriores, devemos dizer às pessoas que nos abordam: ‘Do ponto de vista [de segurança], não recomendamos que você visite a Federação Russa. E se o fizer, não nos pergunte. É uma decisão pessoal sua”, disse.

As ameaças de Zelensky afetam todos os líderes mundiais e delegações internacionais que viajam para a Rússia, incluindo os presidentes da China, Xi Jinping; Venezuela, Nicolás Maduro; Cuba, Miguel Díaz-Canel; Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; Sérvia, Aleksandar

Vucic; e Eslováquia, Robert Fico.

As declarações de Zelensky recusando uma trégua durante os dias de celebração do 80º aniversário da Vitória “são uma ameaça direta aos líderes de países estrangeiros que virão a Moscou para o desfile”, disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, à TASS.

Ela enfatizou que Zelensky “ameaçou inequivocamente os líderes mundiais”. E acrescentou: “Após cada ataque terrorista em território russo, o regime de Kiev, seus serviços de segurança e Zelensky pessoalmente se gabam de que isso é obra deles, que isso continuará”. Portanto, a frase de que ele ‘não garante a segurança em 9 de maio na Rússia’, já que não é sua área de responsabilidade, “é obviamente, uma ameaça direta”, afirmou a diplomata.

Segundo ela, os comentários de Zelensky expõem ainda mais a natureza neonazista do regime de Kiev, “que se tornou uma célula terrorista”.

A ameaça de atacar a capital russa durante os eventos que comemoram o 80º aniversário do Dia da Vitória também foi expressa pelo secretário do Comitê para Assuntos de Segurança, Defesa e Inteligência do parlamento ucraniano, Roman Kostenko.

Leia mais no site

O diferente, o assemelhado e a experiência histórica do Brasil

[O texto abaixo serviu de base à intervenção do autor no Simpósio “Desafios Brasileiros no Atual Contexto Internacional”, da Fundação Maurício Grabois, durante a décima mesa, realizada a 27 de março de 2025, com o tema “Hegemonia Neoliberal e Dependência: composição, convergências e contradições”. Posteriormente, foi publicado pela FMG com o título Reconstruir o Estado nacional é saída brasileira contra a dependência neoliberal]

CARLOS LOPES

O argumento (melhor seria chamar *alegação*) mais retrógrado que pode existir – porque, tal como um dogma religioso, é impossível contestá-lo em sua própria natureza – contra qualquer política, é o de que a situação, hoje, é diferente do passado, por isso é impossível que políticas anteriores voltem a ser aplicadas.

Evidentemente, ninguém é contra examinar a situação presente no que ela tem de específica, portanto, de diferente das situações do passado.

No entanto, exatamente por isso, não é possível dizer que qualquer situação é inteiramente diferente de qualquer situação do passado.

Se não fosse assim, então, para que serviria a experiência histórica?

A Revolução de 30 – e o que se seguiu a ela – seria possível sem o largo desenrolar, desde o fim do Império, e mesmo antes, passando pelos governos de Deodoro e Floriano, e os avanços, ainda que lentos, da industrialização do Brasil, no período da República Velha (que deixou, entretanto, uma lembrança de estagnação)?

Naqueles que argumentam com as diferenças em relação ao passado, para negar a possibilidade de uma política progressista no presente, há um conteúdo reacionário intrínseco.

Porque, aquilo que **mais** nos interessa é, precisamente, o que é igual ou semelhante ao passado.

Caso contrário, como existiria **evolução** (e, menos ainda, **revolução**) da espécie humana?

Se a situação hoje fosse inteiramente (mais do que qualitativamente) diferente do passado, somente nos restaria desprezar a experiência histórica, pois a experiência histórica é, exatamente, a experiência do passado.

Mas, se desprezarmos a experiência histórica, não poderemos contar com ela para superar os problemas do presente – logo, também não teremos futuro.

Porque a experiência histórica seria inútil, logo a própria história seria sem sentido, logo a vida humana seria vã e vazia.

Mas, graças aos céus – ou aos seres humanos – não é assim.

Por exemplo, sabemos que a Revolução de 30 significou uma arrancada para o desenvolvimento do Brasil. Durante os 50 anos seguintes, nosso país, segundo o IBGE, cresceu a uma **média anual** de 6,7%.



Esse crescimento, que recebeu, na década de 50, o nome de nacional-desenvolvimentismo, foi baseado em uma aliança de classes, na maior parte do tempo, formada pelos trabalhadores, pelos empresários nacionais e pelo Estado nacional.

Com certeza, não era só isso o que existia no país e na economia brasileira. Havia, também, empresas estrangeiras. No entanto, aqui estamos delimitando o núcleo da aliança de classes que impulsionou o país – e, inclusive, impulsionou as próprias empresas estrangeiras.

Hoje, na época do neoliberalismo, é possível voltar a esta aliança de classes, mesmo considerando as diferenças entre o empresariado atual e o empresariado daquela época, entre os trabalhadores atuais e os trabalhadores daquela época, entre o Estado atual e o Estado daquela época?

Não chega a ser um *insight*, a seguinte conclusão, que formulamos aqui sob forma de indagação: se não empregarmos a nossa experiência histórica nesse sentido, o que nos restará fazer?

Voltar à barbárie ou ao escravismo?

Evidentemente, para superar o neoliberalismo, que agravou extremamente a dependência do país em relação ao imperialismo rentista, temos que descobrir os caminhos para chegar àquele resultado. Mas os trilhos que teremos de percorrer são semelhantes aos anteriores, ou seja, teremos que retornar aos trilhos do nacional-desenvolvimentismo.

Recentemente, propusemos que o elemento central da tríade nacional-desenvolvimentista é o Estado **nacional**. Teremos, portanto, de superar a situação atual de Estado colonial e recuperar o Estado **nacional**, se quisermos superar o rentismo, a desindustrialização, a miséria e a fome.

Mas, vejamos outro aspecto da experiência histórica. Sabemos que a dependência – isto é, a opressão e a exploração imperialistas – sobre o nosso país, durante o século XX, foi aliviada



Se nos voltarmos para o Brasil e examinarmos a política de Joaquim Murinho, no governo Campos Sales, em fins do século XIX e princípios do século XX, também encontraremos algo muito parecido ao que chamamos, hoje, de neoliberalismo. Mas, nessas épocas, Hayek, Mises, Friedman, e assemelhados, ainda não haviam escrito os seus livros. Então, como podem essas políticas de outras épocas parecerem tanto com o neoliberalismo? Porque a sua essência é a mesma: arrocho salarial, rentismo, desindustrialização, ataque ao Estado nacional, desregulamentação, etc

durante as crises nos países centrais, ou seja, nas crises do imperialismo. Podemos dizer, sucintamente, que às crises nos países centrais correspondeu o desenvolvimento, o progresso, nos países periféricos, como o Brasil.

O principal exemplo é a crise econômica iniciada em 1929.

No entanto, na crise econômica de 2008, sobretudo após a quebra do Lehman Brothers, a argumentação oficial – inclusive do Banco Central, que, na época, não

era “independente” – foi que não podíamos crescer se os EUA e demais países centrais não estavam crescendo.

Daí, o aumento dos juros básicos no Brasil, **mesmo após a falência do Lehman Brothers** e a derrubada geral dos “mercados” especulativos de Wall Street.

Assim, a crise dos países centrais **agravava**, segundo esses gênios, a nossa dependência, **ao invés de aliviá-la**.

Nosso país, portanto, tornou-se dependente não somente do imperialismo, **mas da própria crise do imperialismo**.

Ou seja, nessa crise, nós fizemos o contrário do que sempre fizemos nas outras crises dos países centrais – e o contrário de **toda** a nossa experiência histórica.

Como isso poderia dar certo?

Evidentemente, não deu. É impossível se desenvolver, fazendo **todo** o contrário do necessário para se desenvolver – e o contrário de **tudo** que já fizemos, com sucesso, para nos desenvolver **no passado**.

O contrário, portanto, de toda a nossa experiência histórica.

Da mesma forma, o próprio neoliberalismo.

Lendo o livro de Clara Mattei sobre a austeridade, podemos dizer que os casos por ela analisados – a Inglaterra e a Itália na primeira metade do século XX – são extremamente parecidos com o que chamamos, hoje, de neoliberalismo (v. Clara Mattei, **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**, trad. Heci Regina Candiani, Boitempo, 2023).

Se nos voltarmos para o Brasil e examinarmos a política de Joaquim Murinho, no governo Campos Sales, em fins do século XIX e princípios do século XX, também encontraremos algo muito parecido

ao que chamamos, hoje, de neoliberalismo.

Mas, nessas épocas, Hayek, Mises, Friedman, e assemelhados, ainda não haviam escrito os seus livros.

Então, como podem essas políticas de outras épocas parecerem tanto com o neoliberalismo?

Porque a sua essência é a mesma: arrocho salarial, rentismo, desindustrialização, **ataque ao Estado nacional**, desregulamentação, etc.

A novidade em relação ao neoliberalismo é que este foi implantado, principalmente, em cima da derrocada da URSS e dos países do Leste Europeu. Portanto, não encontrou a resistência que as políticas reacionárias capitalistas anteriores encontraram.

Evidentemente, o neoliberalismo era a política mais favorável ao imperialismo numa situação de derrocada do socialismo na URSS e no Leste Europeu.

Mas, aqui, temos um elemento importante, especialmente para nós: o neoliberalismo, nos países periféricos, implica e agrava extremamente a própria dependência desses países em relação ao imperialismo.

Agrava, inclusive, até o extremo: até o fascismo.

E, não esqueçamos, fascismo em país dependente é **sempre** fascismo dependente – basta ver esse ridículo Bolsonaro, prestando continência à bandeira dos EUA. A ideia de que o fascismo é sempre, em qualquer situação e em qualquer país, nacionalismo, por si mesma, é estúpida.

Entretanto, não é possível libertar-nos da dependência – e, portanto, do neoliberalismo – sem um projeto nacional próprio.

Nisso, não há nada que tenhamos de fazer, que já não tenhamos feito no passado.

Getúlio Vargas, à frente das tropas da Revolução de 1930

ao passado. Os projetos nacionais que tivemos desde 1930 não foram o mesmo projeto – ou projetos iguais. Nem aquele que precisamos elaborar agora será idêntico aos anteriores.

O problema é que, desde o II PND, no governo Geisel, estamos sem algum plano de desenvolvimento nacional.

Qual o plano de desenvolvimento do governo Collor?

Destruir o Estado nacional, a indústria interna – **e roubar**, o que levou ao impeachment. Portanto, o inverso de um plano de desenvolvimento.

Qual o plano de desenvolvimento do governo Fernando Henrique?

Ele próprio o formulou: “acabar com a Era Vargas”, isto é, com o Brasil construído pelo nacional-desenvolvimentismo.

Portanto, afundar o país no neoliberalismo e na dependência para completar a obra da ditadura de 1964.

Não tivemos, depois disso, nenhum plano de recuperação. No máximo, conseguimos paralisar (em parte e momentaneamente) as privatizações e a submissão extrema aos instrumentos imperialistas norte-americanos do tipo Alca.

Mas, por exemplo, nenhuma empresa privatizada foi reestatizada.

Nem mesmo a Eletrobrás.

Portanto, podemos concluir rápida e sucintamente: não é possível sair da atual situação **sem recuperar o Estado nacional**, com o objetivo de refazer, em novas bases, a aliança nacional-desenvolvimentista; mas isso implica em ter um projeto nacional de desenvolvimento.

Aliás, talvez seja uma obviedade, mas recuperar o Estado nacional é a mesma coisa que ter um projeto nacional.